

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO — 2º CICLO DE ESTUDOS
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

O alcance do ODS 1 em Angola: uma avaliação do impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no município da Humpata

Dikson Cassela Juliana António

2025



Dikson Cassela Juliana António

O alcance do ODS 1 em Angola: uma avaliação do impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no município da Humpata

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

Dedicatória:

*Cada página escrita carrega a esperança de um futuro melhor,
mais justo e cheio de oportunidades — para vós e por vós.*

“Daren, Íris, Abner e Maria António”.

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Tabelas	10
Índice de Gráficos	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução	13
1.Fundamentação Teórica.....	17
1.1. Estado da arte	17
1.2. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma nova fase na luta contra a pobreza	18
1.2.1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).....	20
1.2.2. Objetivos de desenvolvimento sustentável em Angola	20
1.2.3. O objetivo primeiro	22
1.3. Conceitos da pobreza	23
1.3.1. Medidas convencionais da pobreza	25
1.4. Agricultura familiar	26
1.5. Políticas públicas	27
1.5.1. Políticas públicas de combate à pobreza e a vulnerabilidade em Angola.....	29
2.Metodologia	30
2.1. Caracterização do objeto de estudo: Programa de Fortalecimento da Proteção Social (Kwenda)	30
2.1.1. Alinhamento com o quadro de políticas	32
2.1.2. Conceitos-chave do Programa Kwenda.....	33
2.1.3. Beneficiários do Programa	34
2.1.4. Duração e financiamento do Programa	35
2.2. Área de estudo	35
2.3. Enquadramento metodológico	36
2.4. População e amostra	37
2.4.1. Caracterização da população.....	37

2.4.2. Caracterização da amostra	38
3.Apresentação e Discussão dos Resultados.....	41
3.1. Apresentação dos resultados	41
3.1.1. Apresentação dos resultados relativos aos ADECOS	41
3.1.2. Apresentação dos resultados relativos aos beneficiários do Programa	45
3.1.3. Apresentação dos resultados relativos aos gestores do Programa	51
3.2. Discussão dos resultados	56
Conclusão	68
Referências Bibliográficas	72
Anexos.....	81

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de partes da presente dissertação.

Porto, 27 de Junho de 2025

Dikson Cassela Juliana António

Agradecimentos

Em primeiro lugar, rendo graças a Deus, meu guia supremo, pela Sua infinita misericórdia, sabedoria e proteção ao longo de toda esta jornada. Foi na fé, na oração e na esperança, que Nele encontrei forças nos momentos de dúvida, luz nas horas de incerteza e serenidade para seguir em frente quando os desafios pareciam intransponíveis. A Ele, toda a honra e toda a glória.

Agradeço profundamente à minha família, em particular ao meu pai, à minha mãe, aos meus irmãos e os meus sobrinhos, pilares firmes da minha formação humana e académica. O amor, os valores e o apoio incondicional que sempre me ofereceram foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao Pedro Silva e a Edma Sousa o meu sincero reconhecimento pelo suporte constante, pela amizade verdadeira e pela presença atenta nos momentos em que mais precisei.

Ao meu orientador, agradeço pela orientação, pela paciência, pelas críticas construtivas e pela confiança depositada em mim durante todas as etapas desta dissertação.

De forma muito especial e com a mais profunda emoção, agradeço à minha esposa, Loidiana Onésia, companheira de todas as horas, por ter caminhado ao meu lado com amor, paciência e compreensão. A tua entrega, o teu apoio inabalável e a tua fé em mim foram essenciais para que esta meta se tornasse possível. Esta conquista é também tua. Obrigado por seres abrigo, força e inspiração em cada passo desta caminhada.

A todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização desta dissertação, deixo a minha mais sincera gratidão. Que Deus retribua, abundantemente, a cada um de vós.

Resumo

A presente dissertação analisa o impacto do Programa de Fortalecimento da Proteção Social (Kwenda) na agricultura familiar no Município da Humpata, no contexto do alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (erradicação da pobreza). A erradicação da pobreza constitui um dos maiores desafios do século XXI, assumido como prioridade pelas Nações Unidas e pelo Estado angolano. Como pergunta de partida, o estudo assentou sobre a investigação do impacto que o Kwenda tem tido na prática da agricultura familiar no Município da Humpata. Com base numa metodologia de natureza qualitativa, complementada por técnicas quantitativas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 70 participantes, incluindo beneficiários, ADECOS (Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário) e um gestor do Programa. O estudo recorreu igualmente à análise documental e estatística descritiva.

Os resultados indicam que, embora o Kwenda tenha contribuído para um ligeiro aumento do rendimento familiar e para a aquisição pontual de bens agrícolas, o seu impacto na prática agrícola é ainda limitado. As principais fragilidades referidas incluem o valor reduzido dos subsídios, atrasos nos pagamentos, ausência de apoio técnico, fracas infraestruturas de produção e escoamento, bem como a inexistência de mecanismos de capacitação e acompanhamento. Verificou-se ainda que, sem uma abordagem integrada, o Programa tende a ter efeitos paliativos e de curto prazo, não assegurando mudanças estruturais na condição socioeconómica dos beneficiários.

Em suma o estudo procurou demonstrar que, apesar do seu alcance social, o Kwenda carece de componentes que assegurem maior sustentabilidade e impacto duradouro, sobretudo no domínio da agricultura familiar. A presente investigação busca contribuir para a reflexão em torno da eficácia das políticas públicas de proteção social em contextos rurais e de pobreza extrema e oferecer contribuições relevantes para a avaliação de estratégias de redução da pobreza em contextos rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Angola; ODS; Pobreza; Programa Kwenda.

Abstract

This dissertation analyzes the impact of the Social Protection Strengthening Program (Kwenda) on family farming in the municipality of Humpata, in the context of achieving Sustainable Development Goal 1 (poverty eradication). The eradication of poverty is one of the greatest challenges of the 21st century, and is a priority for the United Nations and the Angolan state. As a starting question, the study was based on investigating the impact that Kwenda has had on the practice of family farming in the municipality of Humpata. Based on a qualitative methodology, complemented by quantitative techniques, semi-structured interviews were conducted with 70 participants, including beneficiaries, ADECOS (Community and Health Development Agents) and a program manager. The study also used document analysis and descriptive statistics.

The results indicate that although Kwenda has contributed to a slight increase in family income and the occasional purchase of agricultural goods, its impact on agricultural practice is still limited. The main weaknesses mentioned include the low value of the subsidies, delays in payments, lack of technical support, poor production and disposal infrastructures, as well as the lack of training and monitoring mechanisms. It was also found that, without an integrated approach, the Program tends to have short-term, palliative effects and does not ensure strategic changes. In short, the study sought to demonstrate that, despite its social reach, Kwenda lacks components that ensure greater sustainability and lasting impact, especially in the area of family farming. This research seeks to contribute to the reflection on the effectiveness of public social protection policies in rural and extreme poverty contexts and to offer relevant contributions to the evaluation of poverty reduction strategies in rural contexts.

Key-words: Family farming; Angola; SDGs; Poverty; Kwenda Program.

Índice de Tabelas

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR POVOAÇÃO.....	36
TABELA 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS ADECOS ENTREVISTADOS	38
TABELA 3 – CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS.....	39
TABELA 4 – CARACTERIZAÇÃO DO GESTOR ENTREVISTADO.....	40
TABELA 5 – PAPEL E EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA	41
TABELA 6 – PERCEÇÃO SOBRE O IMPACTO NA AGRICULTURA.....	42
TABELA 7 – DESEFIOS E DIFICULDADES.....	43
TABELA 8 – SUSTENTABILIDADE E RECOMENDAÇÕES	44
TABELA 9 – EXPERIÊNCIAS COM O PROGRAMA KWENDA.....	45
TABELA 10 – PERCEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE O IMPACTO DO PROGRAMA NA AGRICULTURA FAMILIAR .	47
TABELA 1 1 – SUSTENTABILIDADE E MUDANÇAS NA VIDA FAMILIAR	49
TABELA 1 2 – DESAFIOS E SUGESTÕES.....	49
TABELA 1 3 – PLANEAMENTO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA	51
TABELA 1 4 – PERCEÇÃO DO GESTOR SOBRE O IMPACTO DO KWENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR	53
TABELA 1 5 – DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	54
TABELA 1 6 – SUSTENTABILIDADE E CONTINUIDADE DO PROGRAMA	55
TABELA 1 7 – PREÇO DA CESTA BÁSICA EM ANGOLA	61

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- INTENSIDADE DA POBREZA POR PROVÍNCIA	36
---	----

Lista de abreviaturas e siglas

ADECOS	AGENTES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SANITÁRIO
CASI	CENTRO DE ACÇÃO SOCIAL INTEGRADO
CSU	CADASTRO SOCIAL UNICO
FAS	FUNDO DE APOIO SOCIAL
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
IP	INCLUSÃO PRODUTIVA
IPH	ÍNDICE DE POBREZA HUMANO
ODM	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PIDRCP	PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À POBREZA
PMIDRCP	PROGRAMA MUNICIPAL INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COMBATE À POBREZA
PND	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SIGAS	SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL
TSM	TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS MONETÁRIAS
UNSDCF	QUADRO DE COOPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA

Introdução

A erradicação da pobreza é uma questão global que tem despertado a atenção de países, organizações internacionais e da sociedade como um todo, pois a pobreza é, sem dúvida, um dos maiores males que assola a humanidade, impactando diretamente a vida de bilhões de pessoas, podendo comprometer o seu desenvolvimento pleno.

Em Angola, a pobreza tem vindo a acentuar-se e as causas são várias, com a principal a incidir no facto da população estar a crescer a uma média de 3% ao ano, ao mesmo tempo o País tem enfrentado sucessivas recessões económicas¹ desde o ano 2016, agravadas pelos efeitos da Covid-19 (PNUD & Banco Mundial, 2020).

Ora, a erradicação da pobreza, é um dos maiores desafios globais e uma prioridade para o Governo de Angola, especialmente em regiões com altos índices de vulnerabilidade socioeconómica, razão pela qual, em 2015, no contexto das Nações Unidas e lado a lado com quase todos os países do Mundo, Angola subscreveu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que define as prioridades e aspirações no horizonte de 15 anos, procurando mobilizar esforços globais em torno de um conjunto de objetivos e metas comuns (ONU e Governo de Angola, 2020).

Para alcançar estes objetivos o Governo de Angola tem se dedicado na criação e implementação de diversos programas e políticas públicas. É neste sentido que no ano 2020 implementou o Programa de Fortalecimento da Proteção Social (também conhecido por Kwenda) com o objetivo de reforçar a capacidade do Sector de Proteção Social na implementação de medidas de mitigação da pobreza, de curto e médio prazos e ajudar a estabelecer um Sistema Nacional de Proteção Social eficaz (Decreto Presidencial nº125/20).

¹ A recessão económica: é um período de declínio significativo na atividade económica de um país ou região, geralmente identificado por uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) real em dois trimestres consecutivos (Brasil Escola, 2023).

Olhando para o Município² da Humpata, onde a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na subsistência das famílias e no desenvolvimento económico local, o presente estudo justifica-se pela necessidade de avaliar se os benefícios proporcionados pelo Programa têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo geração de renda e melhoria das condições de vida dos beneficiários.

Nesse sentido, no âmbito do alcance do primeiro dos dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável (erradicação da pobreza), a presente dissertação foca o seu estudo sobre o Programa Kwenda e numa perspetiva de delimitação de indicadores da pobreza, analisa o impacto deste Programa sobre a agricultura familiar no Município da Humpata, que conta com uma significativa população rural, tendo esta, a agricultura familiar como uma das suas principais fontes de subsistência. Entretanto, é caracterizado por elevados níveis de vulnerabilidade e pobreza entre a sua população, que enfrenta sérias dificuldades no acesso a recursos básicos, serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento.

Assim, como pergunta de partida, o estudo assentou sobre a investigação do impacto que o Programa de Fortalecimento da Proteção Social (Kwenda) tem tido na prática da agricultura familiar no Município da Humpata (Província da Huíla).

Esta investigação insere-se no contexto mais amplo da análise das estratégias adotadas por Angola, em articulação com os seus parceiros nacionais e internacionais, no âmbito da redução da pobreza no país. Deste modo, o seu objetivo geral consiste em analisar até que ponto Angola e os seus parceiros nacionais e internacionais, à luz do Programa Kwenda, têm sido capazes de reduzir a pobreza no país.

A nível da estrutura, a parte textual, incluindo a presente introdução, contou com três capítulos, seguidos pela conclusão.

² Em Angola, o Município é uma divisão administrativa de nível intermédio entre a Província e a Comuna, com órgãos locais do Estado responsáveis pela implementação de políticas públicas e pela prestação de serviços à população (*República de Angola, 2016*).

No primeiro capítulo intitulado fundamentação teórica, começamos por apresentar um estado da arte resumido de alguns atores que debruçaram-se sobre temáticas transversais à nossa. De seguida apresentamos um referencial teórico que aborda de forma conceptual e explicativa os principais temas desenvolvidos ao longo do trabalho, tendo começado por uma incursão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que, são hoje apresentados, como o desenvolvimento que trata das necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de tratar das suas necessidades, assumindo-se como uma estratégia universal que propõe integrar o desenvolvimento económico com as questões de natureza ambiental (Brundtland et al., 1987 cit. por Ginga, 2022).

O mesmo capítulo reserva parte de si para uma abordagem diversificada em termos conceptuais sobre a pobreza, trazendo vários autores que dedicaram o seu estudo a este fenómeno, dentro os quais Amartya Sen (1999), Deepa Narayan (2000) e James Vernon (2007).

Baseando-se nos estudos de Wanderley (2014), Schneider (2006), entre outros, o capítulo também esmiúça aspetos importantes para a compreensão da agricultura familiar, dado ser um elemento imprescindível nos diferentes processos de desenvolvimento económico das nações e por estar diretamente ligada à nossa pesquisa. Finalmente, tendo em conta a característica do nosso objeto de estudo, o capítulo traz elementos conceituais sobre políticas públicas, que, na visão de Sachi (2014) são medidas criadas pelos governos para garantir direitos, assistência ou prestação de serviços à população.

No segundo capítulo foram abordados os aspetos metodológicos da pesquisa, onde começamos por trazer uma incursão sobre o nosso objeto de estudo (o Programa Kwenda) enfatizando elementos essenciais para a sua compreensão. Posteriormente destaca-se a caracterização da área de estudo, descrição da população e amostra, apresentação do instrumento de pesquisa que teve como base o método qualitativo. Por fim, o trabalho conta com o terceiro e último capítulo, onde são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, tendo como base, a pesquisa bibliográfica e os

resultados das entrevistas feitas aos diferentes grupos visados pelo estudo. O referido capítulo é sucedido pelas conclusões do estudo.

1. Fundamentação Teórica

1.1. Estado da arte

Tendo em conta a necessidade de andarmos alinhados as exigências metodológicas para a elaboração de trabalhos a este nível, começamos este capítulo com uma breve revisão da literatura, consubstanciada em trabalhos anteriormente desenvolvidos e que têm linhas de abordagens comuns ao nosso estudo. Neste sentido, se destaca Indira Lukeny Pedro Araújo, que dissertou sobre O Impacto do Programa Kwenda na Segurança Alimentar dos Beneficiários da Cacúla (Angola): uma contribuição. A autora conduziu o seu trabalho com o objetivo de “caracterizar o Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social (Kwenda) e analisar se as transferências provenientes do Kwenda serviram para garantir a Segurança Alimentar dos beneficiários” (Araújo, 2021, p. 3). No final do seu estudo, dentre várias conclusões, destaca que o eventual término do Kwenda “conduziria os beneficiários a uma situação de deterioração social, pois os mesmos afirmam que, ainda que o valor transferido não seja suficiente para garantir a satisfação das suas necessidades básicas, nem por isso deixa de ter um efeito benéfico para a família” (Araújo, 2021, p. 32). Com foco nos programas do Governo de Angola, voltados ao combate à pobreza, destacamos a dissertação de Felizardo Chaves Feliciano, sobre Políticas Públicas de Combate à Pobreza em Angola: Análise do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), 2012-2013. A referida dissertação teve como objetivos “compreender e descrever as medidas de políticas públicas que foram delineadas para o combate à pobreza em Angola, identificar e analisar os fatores de sucesso e os impactos positivos no PMIDRCP bem como as limitações inerentes ao seu planeamento e gestão” (Feliciano, 2015, p. 2). O autor procurou perceber “em que medida o Programa está a contribuir ou não para a redução da pobreza em Angola” (Feliciano, 2015, p. 2).

Uma outra autora que também dedicou a sua pesquisa à pobreza em Angola, foi Sílvia de Oliveira, no seu artigo intitulado Olhar a Pobreza em Angola: Causas, consequências e estratégias para a sua erradicação, com o objetivo de “debater o desenvolvimento do conceito de pobreza e compreender a dimensão política, económica, social e cultural da

pobreza em Angola” (Oliveira, 2012, p. 2). O estudo destaca como causas da pobreza “o conflito armado, a pressão demográfica, a destruição e degradação das infraestruturas económicas e sociais” (Oliveira, 2012, p. 38). Este estudo permitiu a compreensão da persistência e severidade da pobreza em Angola, através de indicadores como: condições de habitação, escolarização, acesso a água potável, acesso ao saneamento básico, serviços básicos de saúde, bases do poder social, rendimento do agregado familiar, alimentação, composição do agregado familiar, assim como o género do chefe do agregado familiar (Oliveira, 2012).

Em torno dos ODS, destacamos o artigo de Damião Fernandes Capitão Ginga, intitulado Agenda 2030 e a Economia Azul³ Enquanto Vetor para o Desenvolvimento Sustentável e Diversificação Económica em Angola, com o objetivo de “fazer uma abordagem transversal à Agenda 2030, bem como fazer a interseção entre a sua prossecução e a viabilização de uma economia azul em Angola, enquanto fator de preservação da vida e de diversificação económica” (Ginga, 2022, p. 56). O artigo traz várias reflexões em torno dos ODS, demonstrando nalguns casos a dimensão que estes ostentam, principalmente quando refere que “o alcance dos ODS não deve fazer parte dos objetivos da ação governativa, mas devem antes constituir a matriz de toda ação governativa” (Ginga, 2022, p. 65).

Na busca de autores que estudaram sobre a pobreza, destaca-se o artigo intitulado A Pobreza como um Fenómeno Multidimensional, produzida em 2002 por António Pedro Albernaz Crespo e Elaine Gurovitz, com o objetivo de “conceituar o fenómeno da pobreza à luz das diferentes abordagens históricas existentes, complementadas pelas visões de Amartya Sen (1999) e Deepa Narayan (2000)” (Crespo e Gurovitz, 2002, p. 3). O estudo apresenta abordagens diversas e sólidas sobre o conceito de pobreza.

1.2. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma nova fase na luta contra a pobreza

³ A Economia azul é definida como “o uso sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento económico, melhoria dos meios de subsistência e empregos, ao mesmo tempo que se preserva a saúde do ecossistema oceânico” (Banco Mundial, 2017, p. 1).

Antes de mais, é necessário recuar até aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), cuja origem remonta à Declaração do Milénio da Organização das Nações Unidas (UNMD), endossada pela Resolução 55/2 da sua Assembleia Geral e assinada a 8 de setembro de 2000. A Declaração foi adotada com o objetivo de promover a paz, a estabilidade e as perspetivas de desenvolvimento humano nos países em desenvolvimento (Birchall, 2004). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) “representaram um conjunto de objetivos e metas mensuráveis, acordados por todos os países membros das Nações Unidas (ONU), em 2001, com o objetivo de alcançar melhorias socioeconómicas substanciais para todas as nações em desenvolvimento até 2015” (Greig e Turner, 2024, p. 66). Estes objetivos tinham uma abordagem ambiciosa, específica e direcionada para o desenvolvimento, com foco explícito na redução da pobreza como meio e também como fim deste desenvolvimento (Greig e Turner, 2024).

A implementação dos ODM buscou a melhoria dos padrões de saúde, a redução da mortalidade materna e infantil, das disparidades sociais, promoção da igualdade de género e a erradicação da pobreza entre as populações, tornando o sistema terrestre um lugar melhor para se viver (Mishra, et. al., 2024)

“Apesar de marcarem uma mobilização global histórica para alcançar uma série de objetivos em desenvolvimento, os ODM não foram plenamente cumpridos ao longo dos 15 anos” (Mensah, 2019 citado por Klein, 2023, p. 42).

O padrão de implementação dos ODM variou de região para região e de meta para meta. Vários países em desenvolvimento estavam seriamente longe da meta em casos de subnutrição, mortalidade infantil, mortalidade materna e saneamento. Muitos outros registaram progressos notáveis na erradicação da pobreza extrema, na conquista da educação e da paridade de género e, no fornecimento de água potável (Mishra, et. al., 2024, p.11106).

Observa-se um nível muito baixo de consistência no progresso das metas em países do Médio Oriente e de África. A meta era que os ODM fossem alcançados até 2015, mas o progresso da meta, no final de 2015, semeou a ideia entre os formuladores de políticas de traçar outro conjunto de metas para fundamentar os ODM existentes anteriormente.

Portanto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 foram reinventados a partir dos oito ODM anteriores (Mishra, et. al., 2024, p.11107).

1.2.1. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

O conceito de desenvolvimento sustentável é também apresentado como sendo o “desenvolvimento que trata das necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de tratar das suas necessidades”, assumindo-se como uma estratégia universal que propõe integrar o desenvolvimento económico com as questões de natureza ambiental (Brundtland et al., 1987 citado por Ginga, 2022).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, de 25 de setembro de 2015, estabeleceu, no quadro da Resolução 70/1, por via da Agenda 2030⁴, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas (Amaro, 2020). “Os 17 ODS são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos” (Silva, 2020, p. 4). “São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta e um plano para o sucesso” Ban Ki-moon, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, citado por Silva, (2020, p. 4). Representam uma chamada global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que em todos os lugares, as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade (Bernardi et al., 2022).

Estes objetivos oferecem uma estrutura política assente em evidências para o desenvolvimento sustentável e o planeamento até 2030. Representam o compromisso dos Estados-Membros da ONU em alcançar a sustentabilidade em diversos setores (Allen et al., 2018). Embora os ODS sejam universais, os países têm a liberdade de determinar as suas prioridades, metas, escala e o seu ritmo de transformação (Mishra, et. al., 2024, P.11107).

1.2.2. Objetivos de desenvolvimento sustentável em Angola

⁴ A Agenda 2030 é o marco para o desenvolvimento sustentável e coletivo na busca global da evolução cooperativa e tecnológica, sendo que a sua implementação traz consigo benefícios para as atuais e futuras gerações (Bernardi et al., 2022).

Em 2015, no contexto das Nações Unidas e lado a lado com quase todos os países do Mundo, Angola subscreveu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que define as prioridades e aspirações no horizonte de 15 anos (2015-2030), procurando mobilizar esforços globais em torno de um conjunto de objetivos (os ODS) e metas comuns (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019). Embora cada país deva decidir a forma de incorporação das metas nas estratégias, políticas e processos de planeamento a nível nacional, a responsabilidade de implementação dos ODS não se restringe aos governos, mas requer uma parceria global, com a participação ativa da sociedade civil, do sector privado, das Universidades, dos meios de comunicação social e das Nações Unidas (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019).

Segundo o Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (2019), a ONU contribuirá de forma decisiva para a ação social e económica de cada Estado, visando a redução da pobreza e das disparidades sociais e económicas, através do apoio preferencial aos grupos mais vulneráveis e às populações, advogando por decisões e ações públicas que visem a correção das assimetrias no acesso aos diversos serviços sociais. A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento humano são condições essenciais para o progresso económico e social do país e constituem uma prioridade para o Governo de Angola e para as Nações Unidas (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019).

É importante realçar que Angola procura alcançar os 17 ODS, a partir dos progressos alcançados no âmbito dos ODM (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019). Além dos desafios relativos à questões estruturais que podem travar o alcance dos objetivos prefixados, o compromisso do Governo com o desenvolvimento humano e a sustentabilidade multidimensional é evidente nos planos e estratégias definidas que integram os objetivos nacionais aos ODS (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019).

Ao comprometer-se com a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Angola, junto com os Estados-membros da ONU, reconheceram que a dignidade do indivíduo é fundamental e que as metas da Agenda devem ser cumpridas

em todas as nações e com todas as pessoas e para todos os segmentos da sociedade (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019, p. 7).

“Este compromisso assumido pelo Governo de Angola faz parte do seu Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022” (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019, p. 7). Garantir que esses compromissos sejam traduzidos em ações efetivas requer uma estratégia conjunta e uma definição precisa das políticas orientadas às populações-alvo (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019). Para o cumprimento da Agenda 2030, Angola conta fortemente com o Quadro de Cooperação entre o Governo de Angola e a ONU para o Desenvolvimento Sustentável⁵ (UNSDCF), que é organizado em quatro áreas de ação: (i) Transformação económica e social, (ii) Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher; (iii) Meio ambiente e resiliência da população vulnerável, e (iv) Democracia e estabilidade (ONU e Governo de Angola, 2020).

1.2.3. O objetivo primeiro

A Agenda 2030 é constituída por 17 diferentes enfoques, selecionados por se tratar dos principais problemas que a humanidade enfrenta e que, devem até 2030, ser amenizados ou eliminados (Bernardi et al., 2022). Estes problemas envolvem sociedades e governos dos Estados-membros, para que, juntos, possam alcançar, unindo forças, a tecnologia e a inovação dos almejados ODS (Bernardi et al., 2022). Os autores enfatizam que nos ODM estavam descritos objetivos muito parecidos e relacionados com os planeados para a Agenda 2030. “Em ambos, a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e em todos os lugares, aparece em primeiro lugar” (Bernardi et al., 2022, p. 163).

“Acabar com a pobreza até 2030 em todas as suas formas e lugares é um compromisso assumido pelos Estados membros das Nações Unidas, que só pode ser alcançado com a contribuição de todos” (Mosaiko, 2018, p. 2). Assim sendo, “objetiva-se diminuir em

⁵O UNSDCF é o instrumento principal para o planeamento e implementação das atividades de desenvolvimento da ONU em Angola. É organizado em quatro áreas de ação: (i) Transformação económica e social, (ii) Adolescentes, jovens e empoderamento da mulher; (iii) Meio ambiente e resiliência da população vulnerável, e (iv) Democracia e estabilidade (Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas, 2019).

pelo menos metade o número de pessoas que passam por vulnerabilidade social” (Bernardi et al., 2022, p. 163). Porém é importante lembrar que, “o combate à pobreza não é apenas um benefício para os pobres, mas para todos os membros da sociedade” (Mosaiko, 2018, p. 2). O Mosaiko⁶ (2018) afirma que, quem tem fome, não é livre! A subnutrição condiciona gravemente o desenvolvimento da pessoa, deixando sequelas que a acompanharão para toda a vida. “A chave para acabar com a fome e a subnutrição passa pela criação de condições que permitam alcançar a segurança alimentar de todas as pessoas nas diferentes zonas do país e do mundo” (Mosaiko, 2018, p. 3).

1.3. Conceitos da pobreza

Historicamente, a pobreza foi sempre um dos maiores problemas da humanidade. É comum serem apontadas diversas razões para explicar tal fenómeno, uns dizem que é responsabilidade dos governos, das desigualdades e outros das alterações climáticas (Oliveira, 2023). Definir a pobreza, as suas causas, a solução para lhe pôr fim e a responsabilidade das instituições no âmbito de uma conceção de justiça, é algo com que a política, a sociologia, a economia, bem como o direito se têm ocupado há muito tempo (Oliveira, 2023). Neste sentido, ao longo dos tempos, o conceito da pobreza tem sido desenvolvido por economistas, sociólogos e investigadores das mais diversas áreas, que passam essencialmente pela pobreza absoluta e pela pobreza relativa (Giddens, 2009). Assim, para autores como, Crespo e Gurovitz, a pobreza pode ser entendida como relativa ou absoluta, a pobreza relativa, pode ser percebida como desigualdade na distribuição de rendimento (Crespo e Gurovitz, 2002). “É fundamentada mediante o padrão de vida vigente na sociedade, que define como pobres, as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas à aquelas melhor posicionadas” (Crespo e Gurovitz, 2002, p. 4).

As fortes contribuições de Amartya Sen permitiram uma grande evolução aos estudos sobre a pobreza relativa, pois, o seu conceito introduz variáveis mais abrangentes,

⁶ O Mosaiko – também conhecido como Instituto para a Cidadania - é uma organização não-governamental angolana fundada em 1997, que atua na promoção dos direitos humanos, cidadania e desenvolvimento comunitário, sobretudo através da formação e educação popular (Mosaiko, 2018).

chamando a atenção para o facto de as pessoas poderem sofrer privações em diversas esferas da vida (Crespo e Gurovitz, 2002). Segundo Sen, ser pobre não implica somente privação material (Sen, 1999). As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas (Sen, 1999).

O termo relatividade é transversal quer à privação da renda como à privação de outros recursos materiais e de acesso aos serviços sociais (Townsend, 2006). O mesmo autor, defende que pobres são todas as pessoas privadas de rendimento e de outros tipos de recursos materiais que possibilitem condições de vida digna (Townsend, 2006).

Já a pobreza absoluta, segundo Capucha, está relacionada com a ideia de subsistência, ou seja, com as condições básicas que permitem a sustentação da vida em termos da absorção de alimentos, vitaminas, proteínas, sais minerais e/ou quilocalorias necessárias ao metabolismo do corpo, bem como das condições essenciais de habitabilidade, saneamento e vestuário (Capucha, 1998, citado por Giddens, 2009).

O enfoque absoluto na conceptualização da pobreza observa-se aquando da definição de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limiar da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível (Crespo e Gurovitz, 2002, p. 4).

Num quadro técnico e científico, Hitchcock e McClure (2021), referem que a pobreza é um conceito polissémico e multidimensional, que tem evoluído ao longo dos tempos. A pobreza absoluta atribui-se a quem vive abaixo de um limite e a pobreza relativa a quem vive abaixo da mediana desse limite (Hitchcock e McClure, 2021).

Deepa Narayan, enfatiza a importância de se perceber o ponto de vista dos próprios pobres sobre o que é ser pobre, ao fazer acréscimos ao conceito de pobreza vendo-a como a falta do que é necessário para o bem-estar material – principalmente alimentos, habitação, terra e outros ativos (Narayan, 2000). Noutros termos, a pobreza é para Narayan a ausência da capacidade de suprir diversas necessidades que levam à fome e à privação física (Narayan, 2000). Já Rocha, refere-se à pobreza como um cenário em que as carências das pessoas não são resolvidas da forma mais adequada (Rocha, 2006).

Oliveira, destaca que uma pessoa é considerada pobre quando se encontra em situação de debilidade, dependência ou degradação de forma temporária ou permanente, vivenciando uma privação que varia conforme o contexto histórico e social. Essa condição é marcada pela falta de recursos financeiros, conexões sociais, influência, poder, conhecimento, qualificação técnica, origem privilegiada, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade pessoal e, em última instância, dignidade humana. O indivíduo em situação de pobreza sobrevive diariamente sem perspectivas de mudança, a menos que receba apoio externo (Oliveira, 2023).

1.3.1. Medidas convencionais da pobreza

Antes de mais, é crucial destacar que no início do século XXI, aproximadamente 2,8 mil milhões de pessoas, em torno da metade da população mundial, viviam com menos de dois dólares por dia (Oliveira, 2023). Além disso, um em cada cinco habitantes do planeta sobreviviam com menos de um dólar diário. A pobreza extrema resultava na morte prematura de cerca de 18 milhões de pessoas por ano, o que equivale a 50 mil mortes diárias, representando um terço do total de óbitos no mundo (Oliveira, 2023).

“A medição da pobreza é uma parte fundamental do processo de erradicação da pobreza, na medida em que permite aferir a escala do problema e identificar quem são as pessoas que se encontram nessa situação” (Wang, 2022, p. 6). A par dos desenvolvimentos na conceptualização e teorização sobre a pobreza, tem havido estudos significativos sobre os instrumentos e métodos de medição de pobreza (Wang, 2022).

Segundo a Estratégia de Combate à Pobreza do Governo de Angola⁷ (ECP), a pobreza pode ser medida mediante o nível de consumo ou de rendimento do indivíduo ou do agregado familiar. A partir de um cabaz de necessidades pré-definido como básico,

⁷ O Governo de Angola, tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza, apresentou em 2004, a sua Estratégia de Combate à Pobreza. Esta estratégia surgiu num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objetivos e prioridades fixados nos programas do Governo que advogavam a necessidade de se promover um desenvolvimento económico e social abrangente e sustentável.

estabelece-se o nível de consumo e/ou de rendimento necessário para satisfazer essas necessidades (República de Angola, 2004).

Deste modo, a referida estratégia destacava que “esse nível se define como linha da pobreza, que corresponde ao valor do consumo de alimentos e outros bens, que são necessários para uma vida saudável, abaixo desta linha não é possível satisfazer as necessidades definidas como essenciais” (República de Angola, 2004).

É importante evidenciar que o mesmo documento enfatizava que normalmente definem-se duas linhas: “a linha de pobreza e a linha de pobreza extrema esta última associada a um nível ainda mais baixo de rendimento, normalmente limitado ao consumo de bens alimentares” (República de Angola, 2004, p. 19). Assim, destas duas linhas nascem três grupos diferentes de pobres: os não pobres, os pobres moderados e os pobres extremos ou indigentes (República de Angola, 2004).

Por outro lado, o documento destacava que havia indicadores complementares que tendiam a adicionar outros aspetos da privação aos claramente materiais: “o Índice de Desenvolvimento Humano⁸ (IDH)” e o “Índice de Pobreza Humana⁹ (IPH)”, ambos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que resumem num só indicador vários níveis da pobreza (República de Angola, 2004).

1.4. Agricultura familiar

Olhando para o carácter produtivo, de sustento e de distribuição de alimentos, Wanderley (2014) sustenta a tese de que a agricultura familiar se apresenta como um dos elementos imprescindíveis nos diferentes processos de desenvolvimento económico das nações. Os agricultores familiares caracterizam-se por unidades formadas por grupos domésticos, que desenvolvem as suas atividades sob regime de

⁸ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo a Estratégia de Combate à Pobreza, é o índice responsável pela avaliação do grau de desenvolvimento humano a partir de três indicadores: a longevidade, o nível educacional e o nível de vida (República de Angola, 2004).

⁹ Índice de Pobreza Humana (IPH), baseia-se também nas três dimensões essenciais da vida humana refletidas no IDH, longevidade, educação e padrão de vida digno, embora recorrendo a indicadores que procuram captar os elementos de privação que caracterizam a pobreza (República de Angola, 2004).

economia familiar, unidos por laços consanguíneos e parentais (Schneider, 2006). Do ponto de vista conceitual, a agricultura familiar, pode ser compreendida como um grupo familiar que, simultaneamente, realiza o trabalho produtivo e possui os meios de produção, representando uma ampla diversidade e formas heterogêneas de organização social e produtiva (Maciel, Troian e Viana, 2023). Estudos teóricos sobre a agricultura familiar apontam que ela se caracteriza como uma forma de organização social baseada em pequenas propriedades, onde a força de trabalho é composta, predominantemente, pelos membros da família. Esta organização pode ser voltada tanto para a subsistência quanto para a comercialização, sendo responsável pelas atividades produtivas e suas interações econômicas e sociais (Wanderley, 1999).

De acordo com Lamarche (1993), o vínculo entre o estabelecimento produtivo e o trabalho é profundamente ligado à estrutura familiar. Essa dinâmica é marcada pela heterogeneidade, já que as características da agricultura familiar variam em aspectos como tamanho das propriedades, uso de mão de obra, tecnologia, rendimento e inserção no mercado.

Nas unidades familiares, os sistemas produtivos costumam integrar diversas atividades, como agricultura, pecuária e extrativismo (Brito; Zamberlan, 2020). Além disso, a agricultura familiar estabelece conexões complexas com o meio em que está inserida, englobando relações humanas, sociais, econômicas e ambientais, refletindo uma interação ampla com os princípios do desenvolvimento rural.

1.5. Políticas públicas

Os estudos sobre políticas públicas surgem nos anos cinquenta do século XX como reação às grandes transformações do papel do Estado. Neste sentido, é importante aludir que as funções que o Estado desempenha sofreram transformações com o passar dos tempos. Atualmente é comum afirmar que, dentre as funções do Estado, a mais sonante é a de promover o bem-estar social, garantir a justiça e a segurança (Secchi, 2014). Para tal, o Estado necessita de desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como: saúde, educação, meio ambiente, agricultura, pesca e tecnologia, entre outras (Secchi, 2014). Deste modo, as políticas

públicas podem ser entendidas como o conjunto de decisões e ações levadas a cabo pelo Estado com o intuito de resolver problemas coletivos ou promover o bem-estar social. Algumas delas, podem contribuir para a redução ou erradicação das desigualdades sociais, podendo ser utilizadas como instrumento de inclusão social (Secchi, 2014).

Vários autores desenvolveram estudos em torno dos conceitos de políticas públicas. Assim, vale destacar Dye (2002), que, considera política pública tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer, o que evidencia a intencionalidade e seletividade das ações estatais. Na visão de Bovens (2010), políticas públicas são decisões e ações tomadas pelo governo, em conjunto com outros atores sociais, para lidar com problemas e alcançar objetivos específicos na esfera pública. Elas envolvem a formulação, implementação e avaliação de estratégias e programas que afetam a sociedade como um todo ou grupos específicos, visando o bem-estar coletivo e a promoção do interesse público.

Segundo Peters (1998), as políticas públicas consistem no conjunto articulado de intervenções promovidas pelo Estado, seja de forma direta ou por meio de delegação, com o propósito de coordenar ações que exercem influência significativa na vida dos cidadãos.

Já Stone (2018) Stone defende que as políticas públicas são um conjunto de decisões tomadas pelas autoridades governamentais para lidar com problemas públicos, e que a análise dessas políticas deve ter em consideração o contexto político, social e económico em que são formuladas e implementadas. O autor faz a classificação e divisão das políticas públicas de acordo com os objetivos e a área de influência das medidas: políticas regulatórias são políticas utilizadas para organizar o funcionamento do Estado e podem envolver regras relativas a processos burocráticos ou normas de comportamento dos cidadãos. São mais abrangentes, pois podem ser direcionadas a muitas pessoas; políticas públicas distributivas são direcionadas a determinados grupos de pessoas, com o intuito de beneficiar uma parte da população que não tenha acesso a um dado direito. Estas políticas podem ser definidas de acordo com as características ou necessidades especiais de um grupo social; políticas constitutivas têm a função de

regulamentar os procedimentos e as regras relativas às próprias políticas públicas; políticas redistributivas possuem um carácter social, sendo orientadas para a garantia do bem-estar social, uma vez que o Governo adota medidas ativas para proteger a saúde e o bem-estar geral dos cidadãos, especialmente aqueles com necessidades especiais (Stone, 2018).

1.5.1. Políticas públicas de combate à pobreza e a vulnerabilidade em Angola

Segundo Santana (2020), o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022¹⁰ do Governo angolano constitui uma das principais compilações de políticas públicas para Angola, contendo nele os objetivos nacionais de médio e longo prazo. Em Angola, não basta que se identifiquem as tipologias de políticas públicas para que se alcance o desenvolvimento local, mas é preciso também que as políticas sejam elaboradas na visão do cidadão, partindo assim de um modelo de baixo para cima. Isto é, as decisões políticas no processo de elaboração de políticas públicas devem ser projetadas com base nas reais necessidades da população, permitindo assim a participação da sociedade civil (Santana, 2020).

Segundo Feliciano (2015, p. 20), “em Angola, uma das primeiras iniciativas de combate à pobreza efetiva remonta de 1994 com a criação do Fundo de Apoio Social (FAS), criado ao abrigo do Decreto 44/94 de 28 de outubro do Conselho de Ministros, cujos objetivos eram a promoção do desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza por meio do Programa de Desenvolvimento Local”.

Das várias políticas públicas criadas pelo Governo de Angola, vale destacar as seguintes: Programa de Melhorias das Condições de Vida dos Ex-militares e suas Famílias: com o objetivo de garantir os meios básicos necessários a reintegração social dos mesmos; Programa de Fomento da Atividade Produtiva: cujo objetivo prendia-se com a diversificação da economia e a geração de empregos; Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar: vocacionado para o incentivo a produção agricultura familiar,

¹⁰ O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, também designado por PDN é um instrumento estratégico do Governo de Angola que visou o estabelecimento de estratégias para a aceleração do desenvolvimento económico e social do país do país durante este período (Santana, 2020).

melhorar o rendimento económico, a dieta alimentar e a inserção no mercado de trabalho; Programa de Apoio à Mulher Rural e da Periferia: visa combater o êxodo rural e a venda ambulante, criando condições de fixação das mulheres nas suas zonas de origem; Programa Integrado de Desenvolvimento rural e Combate à Pobreza (PIDRCP): que visava a redução pobreza, a criação de condições económicas e a criação de infra-estruturas sociais básicas de apoio à população (Decreto Presidencial n.º 140/2018); Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP): procura “contribuir para a redução da pobreza, promoção do desenvolvimento humano e bem-estar dos angolanos com a inclusão económica e social a nível local” (Decreto Presidencial n.º 140/2018, p. 3208); Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção Social: o Governo de Angola procura desenvolver um novo modelo de crescimento socioeconómico mais inclusivo, baseado na proteção social dos mais pobres e vulneráveis, enquanto apoia a diversificação da economia. O modelo existente, baseado na riqueza petrolífera, atingiu os seus limites, no que concerne à redução da pobreza e a promoção da prosperidade partilhada. Para apoiar este novo modelo de desenvolvimento, o Governo de Angola iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Proteção Social, orientado para o combate à pobreza, que está a apoiar as famílias mais pobres e vulneráveis, na gestão e reforço dos seus investimentos em capital produtivo e Humano.

2. Metodologia

2.1. Caracterização do objeto de estudo: Programa de Fortalecimento da Proteção Social (Kwenda)

A presente pesquisa, tem como objeto de estudo o Programa de Fortalecimento da Proteção Social (Kwenda), enquanto política pública de proteção social, cuja implementação no Município da Humpata (Província da Huíla) levanta questões relevantes sobre o seu impacto na agricultura familiar, bem como o seu contributo para a redução dos níveis de pobreza. Assim, abaixo abordamos alguns elementos essenciais para a compreensão do Programa.

No marco das reformas previstas do Sistema Nacional de Proteção Social¹¹, o Governo de Angola implementou o Programa Kwenda. O Programa foi aprovado pelo Decreto Presidencial nº125/20, de 4 de junho, com o objetivo de reforçar a capacidade do Sector de Proteção Social na implementação de medidas de mitigação da pobreza, de curto e médio prazos e ajudar a estabelecer um Sistema Nacional de Proteção Social eficaz (República de Angola, 2020).

O Programa “é coordenado por uma Comissão intersectorial, coordenada pela Ministra de Estado para a Área Social, coadjuvada pelos Ministros da Ação Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração do Território, e implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Local (FAS)” (República de Angola, 2020, p. 2866). Com foco inicial nas zonas urbanas e visando preparar o país para o fim dos subsídios aos combustíveis¹², foi redirecionado ainda em 2020 para agregados pobres e vulneráveis de zonas rurais para responder às necessidades da pobreza extrema e aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias, fornecendo apoio em rendimento e meios de produção às famílias pobres (FAS, 2023).

O Programa é constituído por quatro componentes: 1. Componente das Transferências Sociais Monetárias – que consiste na atribuição de um valor monetário trimestral de 25.500 kwanzas durante quatro trimestres, com o objetivo de alcançar mais de 1 milhão de famílias (o nosso estudo incide sobre esta componente); 2. Componente da Inclusão Produtiva – que pretende identificar atividades geradoras de rendimento, selecionadas em conformidade com as particularidades do grupo-alvo do Programa, de maneira a intensificar a capacidade produtiva e financeira dos beneficiários; 3. Componente da Municipalização da Ação Social – que visa aproximar os serviços sociais aos cidadãos ao

¹¹ O Sistema Nacional de Proteção Social é um conjunto de políticas e programas destinados a assegurar a proteção e o bem-estar dos cidadãos, especialmente aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade (disponível em <https://www.inss.gov.ao>).

¹² Os subsídios aos combustíveis são apoios financeiros fornecidos pelo governo para manter os preços dos combustíveis abaixo do valor de mercado, de modo a tornar os combustíveis mais acessíveis à população. Contudo, esses subsídios representam uma carga significativa para o orçamento nacional. Entre 2021 e 2024, Angola gastou cerca 9,1 mil milhões de kwanzas em subsídios aos combustíveis, valor que é três vezes superior às despesas executadas em setores como Educação ou Saúde no mesmo período (Jornal Expansão, 2025).

nível dos municípios, desenvolvendo ações de prevenção de risco social e inclusão social, com base no estabelecimento de Centros de Ação Social Integrados (CASI) em cada município selecionado; 4. Reforço do Cadastro Social Único – que visa a recolha e processamento de todos os dados dos agregados recolhidos no processo de cadastro do Programa e sua posterior inclusão na base de dados do Sistema de Informação e Gestão da Ação Social (SIGAS) (Araújo, 2021).

O Programa funciona como um ciclo constituído por diferentes módulos, correspondendo o primeiro módulo à focalização geográfica e seleção dos municípios mais vulneráveis; o segundo módulo ao levantamento das famílias pobres nas suas micro-áreas pelos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS); o terceiro módulo ao tratamento e correção dos dados recolhidos; o quarto módulo à validação das listas provisórias; e o quinto e último à validação institucional e técnica, seguida pela publicação das listas e pagamento dos valores às famílias selecionadas (Araújo, 2021).

2.1.1. Alinhamento com o quadro de políticas

O Programa Kwenda visa prestar assistência às famílias pobres em zonas previamente selecionadas e reforçar o sistema de Segurança Social (FAS, 2023). Ao pretender contribuir diretamente para o reforço do Cadastro Social Único¹³ (CSU), com o registo faseado de até cinco milhões de pessoas, constitui-se num importante meio para a planificação e coordenação das Política Social em Angola (FAS, 2023). A Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050¹⁴, aprovada em julho de 2023, um instrumento central do Sistema Nacional de Planeamento¹⁵, reafirma o compromisso do Governo em reforçar

¹³ O CSU é uma ferramenta estratégica do Governo de Angola, que visa a integração das iniciativas setoriais de promoção da inclusão social a nível nacional, que funciona como canal único de registo do cidadão para o acesso aos programas sociais do executivo, bem como a base de dados de beneficiários, programas e projetos sociais (República de Angola, 2019).

¹⁴ Aprovada em 2023, a Estratégia "Angola 2050" é um plano delineado pelo Governo angolano, que visa orientar o desenvolvimento do país até ao ano de 2050. Esta, substitui a anterior estratégia "Angola 2025", adaptando-se aos novos desafios e alinhando-se com compromissos internacionais, como a Agenda 2030 das Nações Unidas e a Agenda 2063 da União Africana (disponível em <https://www.gov.ao>).

¹⁵ "O Sistema Nacional de Planeamento é a estrutura conceptual e normativa para a elaboração, execução, registo, acompanhamento e avaliação do planeamento nacional. É também, o instrumento de regulação

os mecanismos de proteção social dos cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente com a potenciação dos programas de Transferências Sociais Monetárias, incondicionais numa primeira fase. Prevê igualmente a progressão para transferências monetárias condicionais à medida que estejam criadas as infraestruturas e os serviços e mecanismos necessários (FAS, 2023). De igual modo, “o Kwenda esteve alinhado com a Estratégia de Proteção Social e Emprego do Banco Mundial para a África (2012-2022), que visava apoiar a meta global de auxiliar a resiliência, a equidade e as oportunidades para as pessoas em países de baixa e média renda” (FAS, 2023, p. 7). A resiliência promovida através da proteção contra perdas de bem-estar e choques (principalmente económicos); equidade, protegendo os mais pobres contra a miséria e a pobreza e para criar oportunidades através do apoio à inclusão produtiva de mulheres e homens, bem como o investimento no capital humano de meninos e meninas.

O Programa alinha-se com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de 2015, de que Angola é signatária, nomeadamente o ODS 1 sobre Erradicação da Pobreza; ODS 8 sobre Promoção do crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e o ODS 10 sobre Redução das Desigualdades (FAS, 2023, p. 7).

2.1.2. Conceitos-chave do Programa Kwenda

O Programa Kwenda é um programa integrado numa extensa plataforma de proteção social dirigida a populações de elevado grau de vulnerabilidade e pobreza, não coberta pelo sistema de segurança social contributiva (FAS, 2023). É importante referir que o programa providencia transferências sociais em dinheiro, que representam um elemento básico de um sistema de proteção social inclusivo e, a par disso, conta com três outras componentes que visam garantir alguma sustentabilidade às ações das

e fomento do desenvolvimento nacional, traduzido em objetivos, estratégias, planos, programas e ações do Executivo, e respetivos resultados e impactos” (Assembleia Nacional, 2011, p. 234).

transferências sociais em dinheiro: a inclusão produtiva, a municipalização da ação social, e o cadastro único social (FAS, 2023). Segundo o FAS, diferentes estudos têm evidenciado que as transferências monetárias aliadas a ações de inclusão produtiva e uma ação eficaz do sector de ação social têm um impacto positivo na redução da pobreza e no desenvolvimento económico, ajudando as famílias a manter a saúde e educar os filhos. O relatório Anual do Programa Kwenda – 2022 destaca ainda, que a estes ganhos, alia-se o fortalecimento do contrato social entre o Estado e os cidadãos (FAS, 2023).

2.1.3. Beneficiários do Programa

São beneficiários do Programa as famílias em situação de pobreza e de vulnerabilidade (República de Angola, 2020). “Consideram-se famílias em situação de vulnerabilidade aquelas que vivem nos municípios com o maior número de pobres urbanos e rurais que se fixam nos dois últimos quintis do mapa de pobreza” (República de Angola, 2020, p. 2866). “A seleção das famílias abrangidas pelo Programa deve ter em conta a focalização geográfica nos bairros mais pobres dos municípios e a renda da família, tendo em conta a linha de pobreza considerada no mapa de pobreza do IDR 2018-2019”¹⁶ (República de Angola, 2020, p. 2866). “As famílias selecionadas nos termos dos números anteriores são registadas e inscritas no Programa, em 4 fases diferentes, até se atingir o número total de um milhão e seiscentas e oito mil famílias” (República de Angola, 2020, p. 2866). O Programa estende-se pelas 21 províncias¹⁷ do país, 94 municípios e 328 comunas¹⁸,

¹⁶ A linha de pobreza do IDR 2018-2019, considera que a pobreza é o resultado da soma da linha de pobreza alimentar e da linha da pobreza não alimentar. “A linha de pobreza alimentar representa o valor de um cabaz alimentar que fornece 2.100kcal por adulto equivalente por dia e foi construída determinando o padrão de consumo da população de referência (os últimos 70% em termos de consumo por adulto equivalente)” (INE, 2018, p. 16). Por outro lado, “a linha de pobreza não alimentar é o valor do consumo médio não alimentar da população, cujo consumo de alimentos é semelhante ao da linha de pobreza alimentar” (INE, 2018, p. 16).

¹⁷ Província “é um órgão da administração local do Estado, com a atribuição de assegurar a realização das funções do Estado na província, com base em instrumentos e ações de orientação e da promoção do desenvolvimento harmoniosos e sustentado do respetivo território, da sociedade e da economia, cabendo-lhe assegurar a gestão e os serviços públicos necessários ao bem-estar e a segurança dos cidadãos” (Lei n.º 15/17, de 12 de setembro, p. 3744).

¹⁸ Comuna “é um órgão da administração local do Estado, a organização e funcionamento da administração da Comuna, são definidos pelo Titular do Poder Executivo, atendendo à respetiva

correspondendo numericamente a um total de 1.708.046 agregados familiares por todo o país. É importante referenciar que no Município da Humpata, alvo da nossa investigação, atualmente com 20.139 agregados familiares cadastrados (FAS, 2024), apenas 19.600 agregados estão a beneficiar do Programa.

2.1.4. Duração e financiamento do Programa

Desenhado para ser implementado em quatro anos, entre julho de 2019 e outubro de 2023, o Programa beneficiou de uma extensão do seu período de execução até outubro de 2024 (FAS, 2023). O período de extensão visou continuar a promoção de medidas de proteção social a grupos em situação de vulnerabilidade, alargando deste modo a sua abrangência geográfica (FAS, 2023). O Programa conta um financiamento de quatrocentos e vinte milhões de dólares americanos, dos quais trezentos e vinte milhões provenientes de um crédito do Banco Mundial e cem milhões do Governo de Angola (FAS, 2023).

2.2. Área de estudo

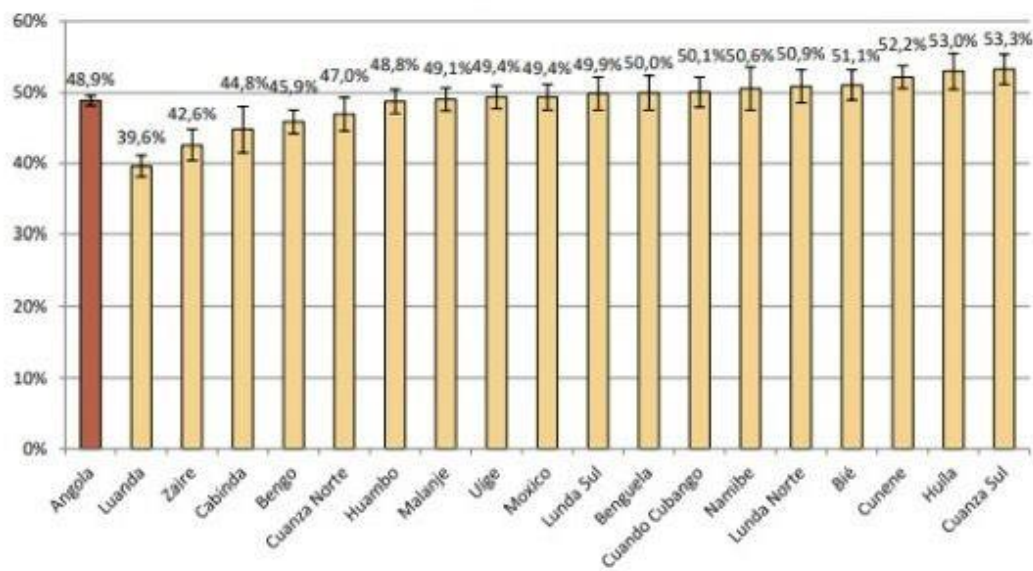
No Relatório do Município da Humpata (2023) refere-se que o Município da Humpata corresponde a um dos 15 municípios que compõem a província da Huíla, com uma superfície aproximadamente de 1.261 Km², apresenta as seguintes confrontações e limites: Norte: Município da Bibala (Província do Namibe); Sul: Município da Chibia (Huíla); Este: Município do Lubango (Huíla), distanciando-se apenas por 22 Km²; Oeste: Município do Virei (Província do Namibe). O Município possui um clima temperado, onde se regista duas estações durante o ano: a época chuvosa (setembro a abril) e época seca/cacimbo (maio a setembro). A temperatura média anual é de 18°C. A nível do território municipal, predominam os solos de tipo fersialíticos, ferríticos, litossolos e terrenos rochosos. A rede hidrográfica corresponde a uma das mais importantes potencialidades do Município, nomeadamente ao nível da rede subterrânea e de linhas de água à superfície que apresentam um caudal constante. A Barragem das Neves é uma

necessidade e ao princípio da subsidiariedade. Esta competência pode ser delegada ao titular do órgão responsável pela administração do território” (Lei n.º 15/17, de 12 de setembro, p. 3745).

importantes infraestruturas hídricas de elevada capacidade de armazenamento que gera consideráveis benefícios económicos para o Município através do fomento da atividade agrícola e pecuária. Porém, importa referir o elevado grau de degradação da mesma, clamando por uma intervenção urgente. A população residente no Município é maioritariamente composta pelo grupo etnolinguístico Bantos, com um domínio evidente da etnia Nhaneca - Humbe (Mumuíla e Ovimbundo).

Tal como referido acima, o município da Humpata, faz parte da província da Huíla, sendo esta, uma das províncias de Angola com maior incidência de pobreza:

Gráfico 1 - Intensidade da Pobreza por Província



Fonte: INE (2020).

O Município conta com 95.893 habitantes, distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Distribuição da população por povoação

Sede	Neves	Bata-Bata e Caholo	Total
59 299	14 372	22 222	95.893
61,84%	14,99%	23,17%	100%

Fonte: Relatório do Município da Humpata do Ano 2023.

2.3. Enquadramento metodológico

Para o alcance dos objetivos preconizados para o presente estudo, bem como para darmos resposta à sua pergunta de partida, e, olhando para a necessidade de explorarmos melhor as percepções e experiências dos grupos entrevistados (com maior pendor para os beneficiários) em relação ao nosso objeto de pesquisa, optámos por um estudo com a abordagem qualitativa, com alguns aspetos quantitativos, pois, segundo Moreira e Caleffe (2008, p. 73), a pesquisa qualitativa “explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição ou gravação”. Quanto à sua natureza, a pesquisa classifica-se como descritiva, por ter o objetivo de analisar uma situação e os aspetos nela envolvidos, realizando-se uma análise contextual do fenómeno social (Godoi, Mello e Silva, 2006).

Para a recolha de dados, além da revisão bibliográfica, que teve como base a realização da pesquisa documental, cujas informações foram colhidas em livros, artigos, dissertações, sites diversos, bem como em relatórios, teve também como instrumento a pesquisa de campo para a recolha de dados primários, realizada por meio de entrevistas, que, segundo Delgado (2006), são procedimentos metodológicos que buscam a construção de fontes e documentos, fazem registos através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações. Enquanto fonte primária, podem ser um importante instrumento de investigação, já que relatam em primeira mão os acontecimentos e experiências de vida e fornecem informações habitualmente não disponíveis noutros registos (Vieira e Ferreira, 2008).

2.4. População e amostra

2.4.1. Caracterização da população

Na presente pesquisa, a população consubstancia-se nos três grupos diretamente ligados ao Programa, nomeadamente os beneficiários¹⁹ do Programa Kwenda do

¹⁹ O Programa conta atualmente com 19.600 beneficiários, é necessário referir que um beneficiário corresponde a um agregado familiar (dados colhidos na entrevista feita ao gestor).

Município da Humpata, os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário²⁰ (ADECOS) e a classe dos gestores do Programa. Portanto, trata-se, de um universo de diferentes atores sociais, relacionados diretamente à execução e ao impacto das ações do Kwenda no contexto da agricultura familiar.

2.4.2. Caracterização da amostra

Antes de mais, é necessário trazer a abordagem de Santos (2018), ao referir que ao realizar um estudo muitas vezes não é possível estudar toda população por ser infinita, por falta de meios ou por altos custos. Neste sentido, o estudo baseia-se na observação de apenas uma parte da população, a qual é designada por amostra. Deste modo, a amostra foi definida considerando critérios como o envolvimento directo com o Programa e a disponibilidade para participação nas entrevistas. O tamanho da amostra é consubstanciado em 70 entrevistados²¹ (59 beneficiários e 10 ADECOS e 1 gestor). Para garantir uma amostra mais consistente, foram coletados dados sobre idade, género, renda, tamanho do agregado familiar, bem como a detenção ou não de propriedade agrícola dos beneficiários entrevistados a fim de aferir se estes são ou não praticantes da agricultura familiar.

Para facilitar a identificação de diferenças nos dados sociodemográficos dos grupos visados, abaixo e de forma separada, apresentamos a sua caracterização.

Tabela 2 - Caracterização dos ADECOS entrevistados

Categoria	Respostas	Frequência
Idade	24 a 36 anos de idade	10 (100%)
	Feminino	2 (20%)

²⁰ O Município da Humpata conta atualmente com 52 Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS). Disponível em: <https://fasangola.com/kwenda/>.

²¹ Em função da disponibilidade dos diferentes grupos, as entrevistas foram realizadas em momentos diferentes, nos locais respetivos: os ADECOS e os beneficiários da Sede foram entrevistados no dia 31 de janeiro do ano 2025, os beneficiários das Neves no dia 5 de fevereiro de 2025 e os beneficiários da Bata-Bata e Caholo no dia 6 de fevereiro de 2025 e a entrevista com o gestor foi realizada no dia 12 de fevereiro de 2025. A realização das entrevistas foi autorizada pela Administradora do Município da Humpata e a nossa manifestação de interesse foi remetida por via de uma solicitação escrita (ver anexos).

Gênero	Masculino	8 (80%)
Cargo/Função no Programa Kwenda:	Cadastrar as famílias em situação de vulnerabilidade, realizar palestras comunitárias, realizar visitas aos beneficiários	10 (100%)
Tempo de atuação	3 anos	10 (100%)
Recebeu formação para exercer a função?	Sim	10 (100%)
Formação acadêmica	Técnicos médios	8 (80%)
	Licenciados	2 (20%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

A tabela anterior permitiu caracterizar o perfil dos ADECOS e verificar a representatividade da amostra. Neste sentido, a idade dos ADECOS varia dos 24 aos 36 anos. Desempenham a função de cadastrar as famílias em situação de vulnerabilidade, realizar palestras comunitárias e realizar visitas aos beneficiários, sendo que, para este efeito, têm recebido formações específicas promovidas pelo FAS (Instituto de Desenvolvimento Local) em parceria com outras entidades governamentais e organizações técnicas envolvidas no Programa.

Quanto à representatividade do género, predomina o masculino com 80%, sendo que, a nível de escolaridade, apenas 20% possuem formação superior.

Tabela 3 - Caracterização dos beneficiários entrevistados

Categoria	Respostas	Frequência
Idade	20 – 39 anos de idade	38 (64,41%)
	40 a 59 anos de idade	15 (25,42%)
	60 a 75 anos de idade	6 (10,17%)

Gênero	Feminino	52 (88,14%)
	Masculino	7 (11,86%)
Estado Civil	Vive maritalmente	48 (81,36%)
	Solteiro	11 (18,64%)
Número de pessoas no agregado familiar	Agregados de 4 a 8 pessoas	34 (57,63%)
	Agregados de 9 a 14 pessoas	25 (42,37%)
Há quanto tempo reside no Município da Humpata?	Mais de 5 anos	59 (100%)
Localidade onde reside	Sede Municipal	33 (55,93%)
	Povoação das Neves	15 (25,42%)
	Bata Bata e Caholo	11 (18,64%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

A tabela anterior permitiu caracterizar o perfil dos beneficiários entrevistados. Assim, em termos etários os beneficiários variam de 20 a 75 anos, a maioria (63,33%) situando-se entre os 20 e os 39 anos de idade. Quanto ao género, ao contrário dos ADECOS, a maior parte dos beneficiados é do género feminino (86,6%). Em relação ao estado civil, percebeu-se que a maior parte dos beneficiados vive maritalmente (80%). Relativamente à dimensão dos agregados, verificamos que 57,63% variam de 4 a 8 membros. Todos os agregados residem no Município há mais de 5 anos numa das 3 povoações do Município, sendo que destas 55% dos entrevistados residem na Povoação Sede e mais de 40% dos agregados tem mais de 9 membros.

Tabela 4 – Caracterização do gestor entrevistado

Categoria	Respostas
Cargo/função no Programa Kwenda	Diretor do Centro de Ação Social Integrado (CASI)

Tempo de atuação no Programa	4 anos
Principais responsabilidades	Coordenar todas as ações no local, supervisionar, avaliar e monitorar as atividades

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

3.1. Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados da presente investigação será realizada de forma a garantir uma compreensão clara e detalhada das perceções e experiências dos grupos envolvidos no Programa. Assim, nesta secção serão apresentadas, separadamente tabelas com dados extraídos nas entrevistas feitas aos ADECOS, beneficiários e gestor.

3.1.1. Apresentação dos resultados relativos aos ADECOS

Os ADECOS desempenham um papel fundamental na implementação do Kwenda, na medida em que atuam como intermediários entre o Programa, os gestores e a comunidade.

Tabela 5 – Papel e experiência no Programa

Questões	Resposta	Frequência
Qual é a função principal dos ADECOS?	Cadastro de famílias	10 (100%)
	Palestras comunitárias	4 (40%)
	Visitas aos beneficiários	6 (60%)
	Ajudar na implementação do Programa	2 (20%)
	Cadastramento das famílias vulneráveis	10 (100%)
	Palestras comunitárias	7 (70%)

Quais são as atividades que realiza diretamente com as famílias beneficiárias?	Visitas domiciliares	8 (80%)
	Acompanhamento geral do Programa	3 (30%)
Como é feita a seleção das famílias para participarem do Programa?	Pela aferição do grau de vulnerabilidade social.	10 (100%)
Recebeu alguma formação para realizar as suas atividades?	Sim	10 (100%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Os dados indicam que a principal função dos ADECOS é de cadastrar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Aliada a esta tarefa, realizam visitas domiciliares aos beneficiários, palestras comunitárias e de modo geral fazem o acompanhamento global do Programa. As famílias são selecionadas pela aferição do seu grau de vulnerabilidade social²². Sendo que, para a realização das suas atividades, os ADECOS referiram que têm recebido formação, o que fortalece a capacidade de atuação diante das comunidades.

Tabela 6– Percepção sobre o impacto na agricultura

Questões	Resposta	Frequência
Qual é a sua avaliação sobre o impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no Município?	Positivo	10 (100%)
As famílias têm conseguido melhorar a produção agrícola com o apoio recebido?	Sim	10 (100%)
Existem mudanças visíveis na forma como as famílias gerem	Sim	10 (100%)

²² Para selecionar os agregados vulneráveis aplica-se um inquérito com 97 questões, a partir das quais se determina a inscrição ao Programa Transferências Sociais Monetárias (TSM) ou passa para a Inclusão Produtiva (IP) (informação extraída dos dados fornecidos pelo gestor entrevistado).

suas atividades agrícolas após o início do Programa?		
Na sua visão, o Programa tem contribuído para a redução da pobreza na Humpata?	Sim	10 (100%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Os dados revelam um consenso positivo sobre o impacto do Programa na agricultura familiar no Município. A avaliação geral é considerada positiva por todos os entrevistados. Segundo os ADECOS as famílias têm conseguido melhorar a produção agrícola com o apoio recebido, afirmam que existem mudanças visíveis na gestão das atividades agrícolas das famílias desde o início do Programa e que o Programa tem contribuído para a redução da pobreza na Humpata. A serem confirmadas, elas podem revelar uma efetiva transformação positiva nas práticas agrícolas, o que pode levar a resultados mais sustentáveis.

Tabela 7 – Desafios e dificuldades

Questões	Resposta	Frequência
Quais são os maiores desafios que enfrenta ao trabalhar com as comunidades como ADECOS?	Falta de transporte	9 (90%)
	Falta de meios de comunicação	5 (50%)
As famílias enfrentam alguma dificuldade para aceder aos recursos ou apoios do Programa?	Sim ²³	9 (90%)
	Não	1 (10%)
Existem barreiras culturais, logísticas ou financeiras que	Sim:	1 (10%)
	Não:	9 (90%)

²³ Dos 9 que responderam afirmativamente, 6 mencionaram a falta de habilidade para manusear os cartões bancários como a principal dificuldade que as famílias enfrentam para aceder aos apoios.

dificultam a fluidez do Programa?		
-----------------------------------	--	--

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

Os ADECOS enfrentam desafios notáveis no exercício das suas atividades junto às comunidades, destacando-se a falta de transporte e a ausência de meios de comunicação como os principais entraves. Estes desafios dificultam a interação com as famílias beneficiárias. Outro dado importante é que os ADECOS afirmam que as famílias têm enfrentado dificuldades para aceder aos apoios que recebem do Programa.

Tabela 8 – Sustentabilidade e recomendações

Questões	Resposta	Frequência
Na sua opinião, o apoio fornecido pelo Programa é suficiente para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar?	Não	10 (100%)
O que poderia ser feito para melhorar a atuação do Programa junto às famílias?	Regularização dos subsídios	8 (80%)
	Aumento dos subsídios	7 (70%)
	Alteração na modalidade de pagamentos ²⁴	1 (10%)
	Distribuição de diversos meios agrícolas	5 (50%)
	Aumento da longevidade do Programa	2 (20%)
Como o trabalho dos ADECOS pode ser fortalecido para	Disponibilização de transporte	8 (80%)
	Contratos efetivos	3 (30%)

²⁴ O ADECOS, propôs que para melhorar esta questão os pagamentos, deveriam passar a ser entregues fisicamente, em diferentes pontos, dependendo do bairro onde cada agregado reside.

maximizar os resultados do Programa?	Regularização dos subsídios dos Adecos	5 (50%)
	Efetivação da política nacional dos Adecos	6 (60%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor.

De forma unânime, os ADECOS revelaram que o apoio fornecido pelo Programa não é suficiente para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar. Neste sentido, para melhorar a atuação do Programa junto às famílias, sugerem a regularização dos subsídios, o aumento do valor dos subsídios, distribuição de meios de produção agrícola, aumento da longevidade do Programa e a alteração da modalidade de pagamento dos subsídios. A disponibilização de transporte é a principal recomendação dos ADECOS para o fortalecimento do seu trabalho, seguida da necessidade de regularização dos pagamentos dos subsídios, a efetivação da política nacional dos ADECOS²⁵ e criação de condições administrativas para a realização de contratos efetivos com o Estado.

3.1.2. Apresentação dos resultados relativos aos beneficiários do Programa

Paralelamente aos ADECOS, os beneficiários do Programa Kwenda desempenham um papel fundamental na implementação do Programa, pois são a razão de ser do Programa.

Tabela 9 - Experiências com o Programa Kwenda

Questões	Resposta	Frequência
Como ficou a saber do Programa?	Igrejas	15 (25,42%)
	Rádio	10 (16,95%)
	Adecos	12 (20,34%)
	Coordenadores de bairro ²⁶	10 (16,95%)

²⁵ Está presentemente (junho de 2025) em fase de aprovação, pelo Governo de Angola, a Política Nacional do ADECOS (PNADECOS) que busca definir as bases e o quadro normativo para a criação, implementação, gestão e remuneração dos ADECOS, tendo em vista a promoção da saúde e o desenvolvimento integral da população em todo o território nacional. A ideia é que estes sejam remunerados pelo Estado, por via do orçamento público, tão logo seja aprovada a PNADECOS e a respetiva regulamentação (FAS, 2022).

²⁶ Os coordenadores de bairro são responsáveis por auxiliar a Administração Municipal na execução das funções de Estado ao nível local. Compete ao coordenador de bairro zelar pela prestação de serviços

	Comunidade	12 (20,34%)
Há quanto tempo é beneficiário(a) do Programa?	2 anos	59 (100%)
Que tipo de apoio recebeu através do Programa?	Apoio financeiro	59 (100%)
Como é feito o pagamento?	Via bancária	59 (100%)
Qual é o valor que tem recebido (Kz)	Março 2023: 51.000,00 Akz / Jan 2024: 66.000,00 Akz ²⁷	59 (100%)
O apoio tem sido suficiente para suprir as suas necessidades básicas?	Sim	16 (27,12%)
	Não	34 (57,63%)
	Razoável	9 (15,25%)
Como tem utilizado os recursos ou apoios recebidos?	Compra de animais	21 (35,59%)
	Compra de alimentos	16 (27,12%)
	Compra de sementes	20 (33,90%)
	Compra de adubo/fertilizante	12 (20,34%)
	Motobomba para irrigação	1 (1,69%)
	Compra de terras	3 (5,08%)
	Investimento em saúde	7 (11,86%)
	Compra de roupa	9 (15,25%)
	Material escolar	10 (16,95%)
	Reabilitação de moradia	10 (16,95%)
	Aquisição de bens para revenda	7 (11,86%)

públicos básicos, promover a segurança comunitária e colaborar na implementação de programas sociais (Decreto Presidencial nº208/17, de 22 de setembro).

²⁷ Atualmente, convertendo estes Kwanzas em Euros, teríamos a seguinte correspondência: 51.000,00 Akz = cerca de 53,00 Euros / 66.000,00 = cerca de 68,00 Euros (Cálculo feito pelo autor ao câmbio do dia 19 de Abril de 2025).

	Compra de mobília	6 (10,17%)
	Máquina de costura	1 (1,69%)
É praticante da agricultura familiar?	Sim	45 (76,27%)
	Não	14 (23,73%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Por meio da presente tabela percebeu-se que, dentre outras vias, os beneficiários aperceberam-se do Programa principalmente através das igrejas e todos receberam apoios de natureza financeira, por via bancária²⁸, a dois anos. Até ao momento da entrevista os beneficiários haviam recebido apenas duas vezes (51.000,00 Akz em março de 2023 e 66.000,00 Akz em janeiro de 2024), estando com cerca de um ano e um mês de atraso. Sobre os apoios vindos do Programa serem ou não suficientes, a maior parte dos beneficiários afirmou que não. Por outro lado, os subsídios têm sido maioritariamente utilizados para compra de animais, sementes, alimentos, adubo/fertilizante, compra de material escolar, reabilitação de moradias, compra de roupa, investimento na saúde e em pequenos negócios. Por fim, 45 beneficiários afirmaram ser praticantes da agricultura familiar. Este dado revela que apesar de enormes desafios as famílias ainda têm a agricultura familiar como a principal forma de autossustento. A tabela demonstra também que, independentemente da dimensão do agregado familiar, os beneficiários recebem o mesmo valor, o que de antemão, coloca alguns em posições mais favoráveis que outros. Por outro lado, por via do Relatório Anual 2023 do Programa, foi possível perceber que os subsídios demoram muito mais tempo do que deviam, pois estes estão previstos para uma frequência trimestral. A partir de 1 de junho de 2023, o valor do benefício passou de 8.500,00 Kzs para 11.000,00 Kzs mensais. O valor trimestral passou, portanto, para 33.000,00 Kzs (FAS, 2023).

Tabela 10 – Percepção dos beneficiários sobre o impacto do Programa na agricultura familiar

Questões	Resposta	Frequência
	Falta de chuva	19 (32,20%)

²⁸ Os beneficiários tiveram que abrir contas bancárias no Banco BIC-Angola para domiciliarem os seus subsídios (a referida informação foi obtida por via de conversas paralelas estabelecidas entre o entrevistador e alguns entrevistados).

Antes de receber apoio do Programa, quais eram as maiores dificuldades na sua atividade agrícola?	Carência de sementes	24 (40,68%)
	Constantes pestes	11 (18,68%)
	Baixa procura dos produtos comercializados	3 (5,08%)
	Carência de adubo/fertilizantes	9 (15,25%)
Após o apoio do Programa, notou alguma melhoria na produção agrícola?	Sim	22 (37,29%)
	Não	23 (38,98%)
Recebeu algum tipo de formação ou orientação relacionada à agricultura através do Programa?	Não	59 (100%)
Conseguiu introduzir novos produtos na sua escala de produção?	Sim	16 (27,12%)
	Não	29 (49,15%)
Foi possível aumentar o nível de produção com a ajuda do Programa?	Sim	18 (30,51%)
	Não	27 (45,76%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Os beneficiários que desenvolvem atividades agrícolas relataram que antes de receberem apoios do Programa, enfrentavam diversas dificuldades em suas atividades agrícolas, como a carência de sementes, a falta de chuva, constantes pestes e a carência de adubo/fertilizantes. Do mesmo grupo, 22 referiram que, após receberem os apoios do Programa, notaram melhorias na produção agrícola, enquanto 23 disseram que não perceberam mudanças. Quanto à introdução de novos produtos na escala de produção, apenas 16 famílias praticantes conseguiram introduzir. O aumento do nível de produção foi possível para apenas 18 famílias. Vale a pena destacar que nenhuma destas famílias beneficiou de alguma formação vindo do Programa.

Tabela 11 – Sustentabilidade e mudanças na vida familiar

Questões	Resposta	Frequência
O Programa contribuiu para melhorar o rendimento da sua família?	Sim	59 (100%)
Com o Programa, percebeu mudanças positivas na sua comunidade?	Sim	43 (72,88%)
	Não	6 (10,17%)
	Sem resposta	10 (16,95%)
O apoio do Programa ajudou a reduzir a sua dependência de outros meios de sustento?	Sim	28 (47,46%)
	Não	31(52,54%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Com base na tabela, observa-se que todos os entrevistados (100%) afirmaram que o Programa contribuiu para a melhoria do rendimento das suas famílias, revelando um impacto positivo direto ao nível doméstico. No entanto, quando se analisa a percepção de mudanças positivas na comunidade, apenas 72,88% notaram melhorias, o que sugere que os benefícios coletivos são menos evidentes. A percentagem relativamente elevada de respostas negativas (10,17%) e de não resposta (16,95%) poderá indicar limitações na abrangência comunitária do Programa. Por fim, a maior parte dos beneficiários (52,54%) refere que o apoio não reduziu a sua dependência de outros meios de subsistência, o que levanta questões sobre a sustentabilidade do Kwenda.

Tabela 12 – Desafios e sugestões

Questões	Resposta	Frequência
Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado ao longo do Programa?	Demora dos subsídios	55 (93,22%)
	Subsídios baixos	41 (69,49%)
	Levantamento dos subsídios	5 (8,47%)
	Nenhuma dificuldade	2 (3,39%)
	Redução dos atrasos	55 (93,22%)

O que poderia ser melhorado no Programa para que ele ajudasse ainda mais famílias como a sua?	Aumento dos subsídios	38 (64,41%)
	Distribuição de meios agrícolas por parte do Programa	24 (40,68%)
	Nada	2 (3,39%)
Até que ponto os desafios das alterações climáticas (escassez de água) afetam o andamento do Programa?	A seca impede os progressos agrícolas ²⁹ .	10 (16,95%)
	Não responderam	49 (83,05%)
Existe algum tipo de apoio adicional que gostaria de receber ³⁰ ? Se sim, qual?	Sementes	25 (42,37%)
	Sistema de rega	1 (1,69%)
	Charruas	2 (3,39%)
	Fertilizantes	20 (33,90%)
	Água	3 (5,08%)
	Alimentos	13 (22,03%)
	Material escolar	7 (11,86%)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Relativamente à tabela acima, de forma muito representativa, os beneficiários apontam a demora no pagamento dos subsídios e o baixo valor monetário dos subsídios como as principais dificuldades que têm enfrentado. Como principais sugestões para melhorar o Programa, os beneficiários apontam a redução de atrasos nos pagamentos dos subsídios, o aumento do valor monetário dos subsídios e a distribuição de meios agrícolas. Quanto aos desafios trazidos pelas alterações climáticas, 10 beneficiários responderam e reconheceram que a escassez de água é um fator que afeta o andamento do Programa, enquanto 49 não responderam à pergunta por talvez não entenderem a

²⁹ Apenas 10 pessoas responderam a esta questão e as suas respostas demonstraram que estes beneficiários em concreto acham que a seca impede os progressos agrícolas, colocando-os constantemente em condição de carência.

³⁰ Todos os beneficiários responderam que sim, gostariam de receber apoios adicionais, mas apenas 20 descreveram o tipo de apoio adicional que gostariam de receber.

expressão “alterações climáticas”. Como apoios adicionais, os beneficiários referiram que gostavam de receber sementes, fertilizantes, alimentos, material escolar, entre outros.

3.1.3. Apresentação dos resultados relativos aos gestores do Programa

Tal como os grupos anteriormente destacados, os gestores do Programa desempenham igualmente um papel importante, assim, abaixo apresentamos as informações extraídas na única entrevista que fizemos a um membro deste grupo.

Tabela 13 – Planeamento e execução do Programa

Questões	Respostas
Quais são os objetivos do Programa Kwenda no Município da Humpata?	Mitigar os efeitos da miséria nas famílias, tendo em conta a dimensão elevada do agregado
Como o Programa foi adaptado para atender as necessidades específicas da região?	O Programa foi criado em função dos dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a pobreza em Angola.
Quais são os critérios utilizados para selecionar as famílias beneficiárias?	Os dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) permitem selecionar os municípios mais pobres, dos quais a Humpata faz parte. Em seguida, para selecionar a família vulnerável aplica-se um inquérito com 97 questões, a partir das quais se determina a inscrição no Programa Transferências Sociais Monetárias ³¹ (TSM), ou passa para a Inclusão Produtiva ³² (IP).

³¹ As Transferências Sociais Monetárias são uma das 4 componentes do KWENDA (juntamente com a Inclusão Produtiva, Municipalização da Ação Social e Reforço do Cadastro Social Único) que tem por objetivo conceber e implementar sistemas para um programa de transferências monetárias que vise melhorar as condições de vida das famílias pobres. Disponível em: <https://fasangola.com/kwenda/>.

³² A Inclusão Produtiva (IP) é uma das 4 componentes do KWENDA que insere beneficiários em idade ativa e com capacidade produtiva em atividades geradoras de rendimento, com o objetivo de estimular o

Como o Programa integra o fortalecimento da agricultura familiar nas suas estratégias?	Para além das TSM, os beneficiários são sensibilizados a usar os benefícios na aquisição de outros bens como sementes.
Quais parcerias (governamentais, comunitárias ou privadas) são fundamentais para a implementação do Programa?	Sim, as parcerias são fundamentais para monitorar o programa. Contamos com o apoio do Governo de Angola, do INE, bem como das comunidades.
Por que o Município da Humpata foi selecionado?	Pelo facto de fazer parte dos Municípios em que a situação de pobreza é bastante evidente.
Quantas famílias beneficiam do Programa?	19.600 beneficiários.

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

De acordo com a tabela anterior, percebemos que os objetivos do Programa Kwenda no município da Humpata visam mitigar os efeitos da miséria nas famílias mais carenciadas (pobres). O Programa foi criado em função dos dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a pobreza em Angola. Quanto aos critérios utilizados para selecionar as famílias beneficiárias, percebeu-se que se aplica um inquérito com 97 questões, a partir das quais se determina a inscrição ao Programa para a Transferência Social Monetária (TSM) ou a Inclusão Produtiva (IP).

O Programa integra o fortalecimento da agricultura familiar nas suas estratégias, através da sensibilização dos beneficiários no sentido de estes direcionarem os subsídios para a compra de sementes e outros meios, embora seja necessário perceber que uma parte significativa dos gastos feitos pelos beneficiários não é direcionada para aquilo que o programa espera, por conta das múltiplas necessidades básicas enfrentadas pelos agregados no seu dia-dia. Em termos de parcerias, o Programa conta com o apoio do Governo de Angola, do INE, bem como das comunidades. O Município da Humpata foi

surgimento de iniciativas locais relevantes no domínio da geração de trabalho e renda. Disponível em: <https://fasangola.com/kwenda/>.

selecionado pelo facto de fazer parte dos municípios em que a situação de pobreza é bastante evidente, sendo que até 2025 o Programa beneficia 19.600 famílias.

Tabela 14 – Perceção do gestor sobre o impacto do Kwenda na agricultura familiar

Questões	Respostas
Na sua opinião, como tem o Programa impactado a agricultura familiar no Município?	Tem impactado positivamente, ajudando a alargar as áreas de cultivo das famílias.
Há evidências de aumento na produtividade agrícola ou melhoria na qualidade de vida das famílias? Se sim, quais?	Sim. Os níveis de produtividade agrícola aumentaram em função do maior acesso aos insumos, o que possibilita a melhoria da qualidade de vida das famílias.
Além das transferências monetárias, o Programa possui ações específicas voltadas à agricultura? Se sim, quais?	Sim. Além das TSM, há a IP, que consiste na criação de cooperativas agrícolas.
Há dados ou histórias de sucesso que gostava de destacar sobre o Programa?	Sim, temos várias histórias de sucesso. Por exemplo, há famílias que alargaram os seus campos de cultivo e outras que juntaram o valor recebido e adquiriram uma motobomba.

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Por meio da tabela 14, compreendemos que, na perspetiva do gestor, o impacto do Kwenda na agricultura familiar tem sido positivo, pois ajuda a alargar as áreas de cultivo das famílias. De acordo com ele, o nível de produtividade agrícola tem aumentado consideravelmente em função do maior acesso aos insumos, o que terá causado uma melhoria na qualidade de vida das famílias. Embora não mencionadas pelos beneficiários e ADECOS entrevistados, o gestor referiu que, além das TSM, o programa possui outras ações voltadas para a Inclusão de Produção, que consiste na criação de cooperativas agrícolas. Por essa razão, há várias histórias de sucesso de famílias que alargaram os seus campos de cultivo e outras que juntaram o valor recebido e para adquirir meios agrícolas.

Tabela 15 – Desafios na implementação do Programa

Questões	Respostas
Quais são os maiores desafios enfrentados na gestão do Programa?	Avaliação e monitoramento.
Existem limitações financeiras, logísticas ou de recursos humanos que afetam a implementação do Programa?	Não existem, porque os ADECOS trabalham diretamente com as famílias.
Como o Programa tem lidado com as barreiras culturais ou regionais que afetam a implementação do Programa?	O Programa foi elaborado de uma forma que evita quaisquer choques ou barreiras culturais.
Até que ponto as alterações climáticas (escassez de água) afetam o andamento do Programa?	As alterações climáticas afetam o andamento do Programa no âmbito da IP, mas não no âmbito das TSM.
Há lacunas na assistência aos beneficiários?	Sim. Há famílias que, apesar de se terem inscrito e serem elegíveis, não foram incluídas no Programa.
Que melhorias sugere para maximizar o impacto positivo do Programa?	É necessário avaliar e monitorar o Programa, especialmente a IP.

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

De acordo com a tabela 15, os maiores desafios enfrentados na gestão do Programa são a avaliação e monitoramento. Apesar disso, segundo o gestor, não existem limitações financeiras, logísticas ou de recursos humanos que afetem a implementação do Programa, pois os ADECOS trabalham diretamente com as famílias. O Programa foi elaborado de uma forma que, segundo o entrevistado, evitam quaisquer choques ou barreiras culturais.

Em relação ao impacto das alterações climáticas, percebeu-se que afetam bastante o andamento do Programa no âmbito da IP, mas não no âmbito das TSM. Em relação às lacunas na assistência aos beneficiários, sem descrever as razões, o gestor reconheceu a existência de famílias que, apesar de se terem inscrito e serem elegíveis, não foram incluídas no Programa. Por essa razão, quanto às melhorias, o gestor sugere que para maximizar o impacto positivo do Programa, é necessário avaliar e monitorizar o programa, especialmente a IP.

Tabela 16 – Sustentabilidade e continuidade do Programa

Questões	Respostas
Tem sido feita a monitorização do impacto do Programa? De que forma?	Sim. Recebemos vistas regulares de monitores de entidades como o FAS e o Banco Mundial.
Que estratégias devem ser adotadas para garantir maior sustentabilidade dos resultados?	No meu ponto de vista, as TSM deveriam ser apenas para os idosos, viúvas sem renda, doentes crónicos, entre outros, e os jovens serem enquadrados na IP.
Como o programa mede ou avalia o seu impacto, especialmente em relação à agricultura familiar?	Através da Direção Regional dos Agricultores da Humpata.
De que forma o Programa contribui diretamente para a redução da pobreza no Município da Humpata?	O Programa tem procurado empoderar as famílias mais carenciadas de forma a se tornarem sustentáveis por meio da agricultura familiar.

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

Sobre a sustentabilidade e continuidade do Kwenda, percebeu-se que em relação a monitorização do impacto do Programa, a gestão local tem recebido visitas regulares de monitores de entidades como o FAS (Direção Nacional) e o Banco Mundial. Em relação às estratégias a serem adotadas para garantir maior sustentabilidade dos resultados, o gestor refere que deveriam abranger apenas os idosos, viúvas sem rendimento e

doentes crónicos e os jovens a serem enquadrados na IP, por terem maior força e vitalidade para praticar a agricultura.

O programa já está implementado em todo município, e a medição ou avaliação do seu impacto, especialmente em relação à agricultura familiar, é efetuada através da Direção Regional dos Agricultores da Humpata³³. O Programa contribui diretamente para a redução da pobreza no Município da Humpata na medida em que tem procurado empoderar as famílias mais carenciadas de forma a se tornarem sustentáveis por meio da agricultura familiar.

3.2. Discussão dos resultados

Por via das informações prestadas pelos ADECOS foi possível compreender que as famílias são selecionadas para participarem do Programa em função da aferição do seu grau de vulnerabilidade social, sendo que, para o exercício das suas funções, os ADECOS são submetidos a formações contínuas a fim de responderem positivamente aos desafios que a estes são impostos, garantindo uma base de compreensão mais alargada sobre o Programa e um desempenho mais positivo.

O facto de a seleção das famílias ter como base a aferição do seu grau de vulnerabilidade, representa um princípio essencial de justiça social e equidade, pois garante que os apoios sejam direccionados a quem deles realmente necessita, uma abordagem que está alinhada com as diretrizes de combate à pobreza e exclusão social, pois prioriza grupos que enfrentam condições de extrema carência, como famílias sem rendimentos fixos, lares chefiados por mulheres, idosos sem suporte familiar e pessoas com deficiência. De acordo com Doretto e Michellon, (2007) e Sambuichi et al., (2019), ao ser selecionado um público específico, os Programas de apoio social permitem aos beneficiários mais pobres e excluídos do mercado a possibilidade de aumentarem o seu rendimento. Com isso, no caso do Kwenda, os seus beneficiários poderiam ter condições de ampliar a sua produção, melhorar os processos produtivos e criar bases para aceder

³³ Segundo informação recolhida junto de agricultores e agentes locais, a chamada Direção Regional dos Agricultores da Humpata corresponde a uma estrutura informal/local de representação dos agricultores familiares, com atuação no apoio à articulação com as instituições do Estado.

a novos mercados, gerando um ciclo virtuoso de crescimento que levaria à inclusão económica e social desses beneficiários.

Porém, um dado a se ter em conta é que a aplicação deste critério também pode levantar desafios práticos. A identificação e avaliação da vulnerabilidade social podem ser complexas, dependendo da eficácia dos mecanismos de registo e verificação utilizados pelo Programa. Nesse sentido, erros na seleção podem resultar em exclusão de famílias que deveriam ser beneficiadas ou, em determinados casos, na inclusão de agregados familiares que não se encontram em situação de vulnerabilidade social extrema.

A avaliação dos ADECOS sobre o impacto do Programa na agricultura familiar é positiva (ver tabela 6), pois afirmam que as famílias têm conseguido melhorar a produção agrícola com o apoio recebido e existem mudanças visíveis na forma como as famílias gerem as suas atividades agrícolas após o início do Programa. Deste modo, afirmam que o Programa tem contribuído para a redução da pobreza na Humpata. O Kwenda tem potencial para transformar a forma como as famílias pobres gerem as suas atividades agrícolas, promovendo uma gestão mais organizada e sustentável. Porém é necessário que o impacto do Programa propicie algumas mudanças esperadas, como o planeamento da produção agrícola (as famílias poderem organizar melhor as épocas de cultivo e colheita, evitando desperdícios e períodos de escassez), acesso a mercados locais (com maior produção, os agricultores poderiam participar de feiras e mercados, garantindo uma fonte de rendimento extra), uso racional dos recursos (incentivar técnicas de conservação do solo e da água, assegurando uma produção sustentável a longo prazo).

Para o exercício das suas funções, os ADECOS referiram que têm beneficiado de formações, levadas a cabo pelo FAS. Nas formações, são ministrados conteúdos voltados ao trabalho comunitário, mobilização social, proteção social e acompanhamento familiar. Entre os principais módulos ministrados, destacam-se: a Mobilização Comunitária, onde os agentes aprendem técnicas de comunicação, sensibilização e realização de palestras e visitas domiciliárias; Cadastro de Agregados Familiares, com foco na utilização de ferramentas digitais e na aplicação da Ferramenta de Avaliação de

Vulnerabilidade; Proteção Social e Direitos Humanos, que explora temas como equidade, inclusão, proteção da criança e igualdade de gênero; Ética e Conduta Profissional, que orienta sobre o sigilo, empatia e respeito no terreno; Monitoria e Acompanhamento, com foco na análise de dados, observação de mudanças nas famílias e reporte de situações críticas; além de Saúde Comunitária, em casos específicos (FAS, 2021). De acordo com o FAS (2021), as referidas formações são essenciais para garantir que os ADECOS estejam devidamente preparados para executar as suas funções com eficácia e responsabilidade, contribuindo positivamente para o alcance dos objetivos do Programa.

A pesquisa revelou também, que para no exercício das suas funções, os ADECOS enfrentam sérias dificuldades em termos de mobilidade e comunicação. Vale lembrar que este grupo desempenha um papel fundamental na implementação e monitorização do Kwenda. Os ADECOS são responsáveis pelo acompanhamento das famílias beneficiárias e têm a missão de garantir que os recursos do Programa sejam bem aplicados. Para que tenham um impacto ainda maior, seria necessário disponibilizar meios de transporte para facilitar o acesso às comunidades e meios de comunicação para possibilitar uma melhor articulação entre os diferentes grupos, bem como criar incentivos, tais como a melhoria das condições de trabalho e remuneratórias.

A colheita de dados permitiu igualmente aferir que, para os ADECOS, o apoio fornecido pelo Kwenda aos beneficiários não é suficiente para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar a longo prazo e, para melhorar a atuação do Programa junto das famílias, seria necessário, regularizar e aumentar os subsídios, distribuir diferentes meios de produção agrícola e aumentar a longevidade do Programa. Portanto, é importante referenciar que o desenvolvimento sustentável se refere aos processos de transformação socioeconómica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro (Siena, 2002, citado em Rabelo, 2008). Esse desenvolvimento pressupõe continuidade e permanência da qualidade de vida da sociedade no longo prazo (Siena, 2002, citado em Rabelo, 2008).

O Programa pode, em certa medida, contribuir para a melhoria da prática da agricultura familiar, mas existem desafios para que esta garanta a sua sustentabilidade curto, médio e longo prazo. O Programa proporciona transferências monetárias diretas, permitindo que muitas famílias adquiram insumos agrícolas, ferramentas e até pequenos animais para criação. Em teoria, pode fortalecer a produção agrícola e reduzir a dependência dessas famílias de outras formas de subsistência. No entanto, para que o impacto seja duradouro, é necessário mais do que transferências financeiras. A agricultura familiar sustentável exige capacitação técnica, acesso a mercados, infraestrutura e políticas públicas que garantam apoio contínuo, sem as quais, os recursos do Kwenda continuarão a ser usados para consumo imediato, em detrimento de investimentos estruturantes na produção agrícola ou em outras atividades produtivas. Conforme aponta Gonçalves (2018), a formação contínua em técnicas sustentáveis e gestão de recursos é essencial para que os agricultores possam adaptar suas práticas as mudanças climáticas e às demandas do mercado. Uma abordagem mais eficaz poderia incluir a formação contínua para os agricultores, apoio técnico e incentivos para práticas agrícolas sustentáveis, garantindo que a produção cresça de forma estável e duradoura. Paralelamente, parte do subsídio deveria ser direcionado de forma específica ao fortalecimento da agricultura familiar ou para outras atividades geradoras de receitas. A agricultura familiar aproxima-se da produção sustentável, tem a capacidade de erradicar a fome e a pobreza respeitando os limites ambientais, tendo em conta as ligações estreitas entre a família, a agricultura, as tradições e valores locais, a questão temporal (passado, presente e futuro) e a transmissão do conhecimento (FAO & IFAD, 2019).

Fruto da pesquisa realizada em campo, foi possível aferir que a grande maioria dos beneficiários do Programa se aperceberam da existência do mesmo por via das Igrejas. A divulgação eficaz do Programa é essencial para garantir que as comunidades compreendam os seus objetivos, critérios de seleção e benefícios, bem como o papel dos diferentes agentes envolvidos. A comunicação deve ser ampla e diversificada, utilizando canais que alcancem as populações vulneráveis de maneira eficiente. Desta forma, o programa poderá alcançar todos aqueles que realmente necessitam do apoio.

Os beneficiários afirmaram que o apoio recebido é financeiro e por via bancária, o que, atendendo à realidade social e ao distanciamento de algumas povoações da Sede da Humpata onde está o único banco do Município, faz-nos questionar se realmente é a melhor modalidade. Além disso, quando questionados se o apoio tem sido suficiente para suprir as necessidades básicas, 57,63% responderam que o apoio não tem suprido as suas necessidades básicas. Embora o Kwenda tenha sido criado para reduzir a vulnerabilidade socioeconómica das famílias angolanas, tudo indica que os valores pagos até ao momento são insuficientes para cobrir as necessidades básicas das famílias beneficiárias, dali o facto de, na maior parte dos casos, não conseguirem reverter os subsídios em investimentos significativos voltados a agricultura ou outras atividades produtivas, este quadro é fortemente agravado pelo facto do Programa, até ao momento, ter subsidiado os beneficiários com um valor muito abaixo do que deviam ter recebido.

Os entrevistados relataram que em março de 2023 cada família recebeu 51.000 Kzs, e apenas em janeiro de 2024 voltou a receber um valor reajustado de 66.000 Kzs, que faz um total de 117.000,00 Kzs. Contudo, neste período os beneficiários deveriam ter recebido um total de 249.000,00 Kzs. Adicionalmente, é necessário aferir que dado o aumento do custo de vida em Angola, derivado da crise económica e financeira que o país enfrenta há cerca de dez anos, que, segundo Kossengue (2018), está intrinsecamente ligada à forte dependência económica do petróleo em que o país se encontra. “Em abono da verdade, e para termos noção do quanto peso tem este mineral nas finanças públicas angolanas, vale dizer que, «95% das receitas fiscais necessárias para a elaboração do Orçamento Geral do Estado», provêm do petróleo” (Kossengue, 2018, p. 20).

Em termos simples, pode afirmar-se que a economia angolana assenta essencialmente na exploração petrolífera. Assim, mesmo quem não detenha conhecimentos aprofundados em economia, finanças ou fiscalidade consegue perceber que qualquer flutuação significativa no preço do petróleo tende a desestabilizar profundamente toda a estrutura macro e microeconómica, gerando impactos severos para o país. Neste sentido, tendo em conta as necessidades em termos de alimentação, saúde e educação,

o montante que os beneficiários têm recebido revela-se insuficiente para assegurar um nível mínimo de qualidade de vida a longo prazo. De facto, para muitas famílias, o apoio recebido cobre apenas despesas temporárias, centrando-se sobretudo na aquisição de bens da cesta básica, sem garantir uma melhoria estrutural da sua condição económica. Este facto concorre grandemente para que os beneficiários se sintam limitados a investir na agricultura familiar de forma mais concreta, ou noutras fontes de rendimento, o que vai tornando a agricultura familiar cada vez mais exígua e deficitária (Banco Mundial, 2022).

Tabela 17 - Preço da cesta básica em Angola (janeiro de 2025)

Produto	Preço em Kwanzas
Pão	100,00 (1 pão carcaça)
Feijão	1.900,00 (1kg)
Batata rena	4.500,00 (1 kg)
Sal	250,00 (1kg)
Açúcar	1.200,00 (1kg)
Carne bovina	5.500, 00 (1 kg)
Leite	20. 000,00 (1.800 g)
Arroz	900,00 (1 kg)
Massa	670,00 (1 pacote)
Farinha de milho	450,00 (1 kg)
Ovo	5.000,00 (30 ovos)
Peixe	3.000,00 (1 kg)
Óleo vegetal	2.200,00 (1L)

Fonte: Dados recolhidos pelo autor, em janeiro de 2025, no Mercado do Mutundo

Por meio da tabela 9 compreendeu-se que as famílias beneficiárias têm utilizado os subsídios recebidos para diversos fins. O uso eficiente dos recursos recebidos é um fator determinante para o impacto na vida dos beneficiários do Kwenda. Sendo a Humpata uma região com forte vocação agropecuária, os beneficiários poderiam aplicar parte dos subsídios em investimentos produtivos, como a agropecuária e outros sectores geradores de rendimento, adquirindo sementes, fertilizantes, pequenos equipamentos agrícolas ou criando animais, mas fruto do contexto de carência permanente, estes veem-se obrigados a utilizar os recursos do Kwenda para despesas de consumo imediato. Com esse investimento, as famílias poderiam aumentar a sua produção, garantir segurança alimentar e gerar excedentes para venda, promovendo autossuficiência, estabilidade financeira, e até mesmo novas oportunidades de emprego dentro da comunidade, porém, tal como foi visto acima, a pressão social tem contribuído fortemente para que as famílias invistam cada vez menos na agricultura.

No entanto, há um dado muito importante, que tem que ver com formação e orientação financeira. Segundo relatos dos beneficiários, eles não têm beneficiado de nenhuma formação ou orientação sobre gestão financeira para os poder dirigir melhor em termos de utilização dos subsídios, e muito menos sobre práticas agrícolas. Como resultado, a introdução de novos produtos na sua escala de produção terá sido baixa. Aliado a isto, o aumento do nível de produção com a ajuda do Programa também foi baixo. É importante destacar que os agricultores familiares que seguem objetivos sustentáveis buscam melhorar o uso dos fatores de produção e praticar uma agricultura mais eficiente. Além disso, ao promoverem o saber local e integrarem os conhecimentos científicos com as tradições locais, criam novas práticas, posicionando-se como inovadores (Maciel et al., 2023). Ao romperem com os padrões impostos pela modernização agrícola, tornam-se agentes de mudanças, introduzindo novas práticas e processos que trazem expectativas de melhorias (Maciel et al., 2023).

Assim, esta dissertação revelou que, antes do apoio do Programa, as maiores dificuldades a atividade agrícola eram a dificuldade na obtenção de sementes (40,68%), de adubo (15,25%), existência de pestes que atacavam os animais (18,68%) e a fraca procura de alguns produtos produzidos (5,08%), a falta de chuva também foi

referenciada como um dos elementos que dificultam a atividade agrícola (32,20%). Igualmente, 37,29% dos beneficiários entrevistados relatou que, após o apoio do programa, notou melhoria na produção agrícola, mas não no escoamento, enquanto os restantes 38,98% relataram que não se notou nem melhoria na produção, nem no escoamento dos produtos. Além disso, embora esta dificuldade não tenha sido mencionada pelos beneficiários, as observações realizadas durante o trabalho de campo permitiram identificar que o escoamento da produção agrícola pode ser um dos desafios enfrentados pelos agricultores, em grande parte devido ao mau estado das vias de acesso. Esta limitação estrutural poderá comprometer a eficácia de iniciativas como o Programa Kwenda.

A nossa investigação procurou igualmente buscar dados sobre a sustentabilidade do Programa e as mudanças na vida dos beneficiários, permitindo comparar os impactos positivos e negativos. Deste modo, todos os beneficiários entrevistados relataram que o Programa contribuiu para melhorar o rendimento da sua família. Porém, quando perguntados sobre mudanças positivas na comunidade, 72,88% dos beneficiários relatou que percebeu mudanças na vida da sua comunidade desde que começaram a receber apoios do Programa.

Além disso, 52,54% dos beneficiários relatou que o apoio do Programa não ajudou a reduzir a sua dependência de outros meios de sustento.

Importa referir que o Kwenda não foi concebido apenas como um subsídio pontual, mas como um instrumento para impulsionar a capacidade produtiva das famílias beneficiárias. O programa visa não só aliviar a pobreza, mas também criar condições para que os beneficiários se tornem economicamente ativos e menos dependentes de assistência. Portanto é importante destacar que o sucesso do Programa não depende unicamente dos gestores e que as famílias beneficiárias desempenham um papel fundamental para o sucesso do Programa, pois, este previa que as famílias adotassem comportamentos exemplares e responsáveis no sentido de traduzirem o pouco que recebem em oportunidades de crescimento e de sustentabilidade socioeconómica.

Em suma, apesar das respostas negativas relativamente à sustentabilidade do Programa, é primordial observar que o Kwenda pode oferecer um ponto de partida para a autonomia económica (se os subsídios forem bem aplicados), por via do incentivo de atividades produtivas mais sustentáveis, o que poderia contribuir para uma visível redução das migrações internas a que muitos angolanos se sentem forçados na procura de melhores condições económicas.

Por intermédio da tabela 12 verificou-se que as principais dificuldades que os beneficiários têm enfrentado ao longo do Kwenda prendem-se essencialmente com a demora no pagamento dos subsídios (93,22%) e os subsídios baixos (69,49%).

A demora no pagamento dos subsídios e o seu valor relativamente baixo criam vários desafios para as famílias beneficiárias, sobretudo na Humpata, onde a maior parte das famílias tem a agricultura familiar como a sua principal atividade. Estes atrasos impossibilitam os agricultores a fazerem um planeamento mais eficaz e, por outro lado, as incertezas que pairam no seio dos beneficiários fazem com que percam de forma progressiva a confiança no Programa.

Além disso, cerca de 17% dos beneficiários referem que os desafios das alterações climáticas (escassez de água) têm afetado o andamento do Programa, pois a seca impede os progressos agrícolas, colocando-os numa condição de carência constante.

Olhando para os dados que dão corpo à tabela 12, percebeu-se que os beneficiários do Kwenda na Humpata relatam que o programa precisa de melhorias para ser mais eficaz. Quanto ao que poderia ser melhorado no Programa para que ajudasse ainda mais famílias, muitas manifestam que, se tivessem acesso a ferramentas e insumos agrícolas, produziram o suficiente para não dependerem só do Programa, o que reforça a necessidade de o Kwenda criar bases e incentivos para que as famílias se possam tornar autossuficientes em termos de produção agrícola, diminuindo o peso que estas colocam sobre o Estado, dinamizando a economia local e concomitantemente ver-se fora da condição de pobreza.

Foi possível também notar que os beneficiários não só deixaram claro que o dinheiro recebido não é suficiente para transformar as suas condições de vida, como também

relataram que necessitam de outros tipos de apoios, tais como: sementes para melhorar a produção agrícola e garantir colheitas mais abundantes; fertilizantes para enriquecer o solo e promover o crescimento das plantações; sistemas de rega, pois, dada a irregularidade das chuvas, o acesso à irrigação é essencial para manter a produtividade; charruas e outros equipamentos agrícolas para facilitar o trabalho no campo e aumentar as áreas cultivadas; acesso à água potável, pois muitas comunidades ainda sofrem com escassez de água, o que não só dificulta a agricultura, mas também compromete a saúde da população; alimentos para melhorar as condições da cesta básica; material escolar permitindo que os investimentos do Kwenda sejam direcionados para os fins pelos quais foi criado.

É claro e evidente que os subsídios atualmente pagos não são suficientes para cobrir estas necessidades, sendo que, a condição dos beneficiários é agravada pelos constantes atrasos nas transferências. Os dados analisados sugerem que a eficácia do Programa poderá estar condicionada à ausência de componentes complementares, como a capacitação dos beneficiários, a assistência técnica regular e o fornecimento de insumos agrícolas, sendo que, a ausência destes elementos limita o alcance de impactos sustentáveis, sobretudo no domínio da agricultura familiar. Tal como refere Hanlon et. al (2010), a distribuição de renda direta pode ter um papel crucial na redução da pobreza a curto prazo, mas, para tal, é necessário um planeamento que contemple a capacitação dos beneficiários para atividades produtivas. Assim, fruto das contatações baseadas nos dados obtidos nas entrevistas, bem como da pesquisa em fontes diversas, conseguimos perceber que, apesar de representar no seio dos beneficiários esperança para um futuro melhor, o Programa debate-se ainda com muitos desafios que o impedem de ter um impacto significativo sobre a prática da agricultura familiar no Município da Humpata. Deste modo, fruto das abordagens dos beneficiários, somos tentados a afirmar que o Programa tem um impacto positivo, mas não tão significativo ao ponto de garantir uma agricultura familiar sustentável e capaz de retirar os beneficiários da sua atual condição de vulnerabilidade social.

Por outro lado, as fortes convulsões económicas que Angola tem vivenciado nos últimos anos, que trazem graves consequências, como o aumento da fome, representam um

enorme desafio ao Programa, pois reduzir a pobreza não é uma missão simples. É só olharmos para os dados do Afrobarometer (2024), que refere que 63% dos angolanos afirmam que a situação económica do país piorou nos últimos 12 meses. Além disso, 46% dos cidadãos registaram níveis de pobreza extrema durante o último ano, um aumento de 11 pontos percentuais em comparação com 2019. Esta situação foi particularmente expressiva na província da Huíla, onde 56% dos inquiridos relataram ter vivido em pobreza extrema (Afrobarometer, 2024). Entretanto, um dos elementos que deveria ser colocado em discussão é o valor dos subsídios, que se revelam comprovadamente insuficientes e, por conseguinte, comprometem o bom funcionamento do Programa. Os resultados obtidos na pesquisa permitem inferir que com subsídios mais adequados, o Programa tornar-se-ia mais eficaz e apto a proporcionar investimentos concretos na agricultura familiar, contribuindo, assim, para a retirada das populações da situação de pobreza em que se encontram. Importa referir que Wanderley (2014) defende que a agricultura familiar constitui um dos elementos imprescindíveis nos diversos processos de desenvolvimento económico das nações.

Noutra perspetiva, os dados obtidos do gestor entrevistado demonstram que o programa tem um papel relevante na mitigação da pobreza e no fortalecimento da agricultura familiar. De acordo com a perceção do gestor, o programa tem contribuído para a ampliação das áreas de cultivo de algumas das famílias beneficiárias, além de proporcionar um aumento na produção agrícola pelo facto de os beneficiários terem agora maior facilidade em aceder aos insumos. Porém é necessário lembrar, que conforme referenciado anteriormente, os beneficiários destacam a falta de ferramentas e insumos agrícolas para a prática da agricultura. Este impacto positivo pode ser atribuído à estratégia do Programa em sensibilizar os beneficiários a utilizarem os subsídios para aquisição diversos meios agrícolas. De acordo com Barrientos (2012), os programas de proteção social que incluem estímulos produtivos podem melhorar significativamente a resiliência económica das famílias pobres, reduzindo sua vulnerabilidade a choques externos.

No entanto, embora existam histórias de sucesso de famílias que conseguiram expandir a sua produção, a ausência de assistência técnica e de capacitação voltada a produção

agrícola apresentam-se como factores limitantes do Programa. Isto leva-nos a crer que o programa, por si só, pode não ser suficiente para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar sem um suporte técnico complementar.

A avaliação e monitorização do Programa feita pelo Banco Mundial e o pelo FAS³⁴ garantem um acompanhamento contínuo do impacto do mesmo. Entretanto, a sustentabilidade de programas de transferência monetária depende não apenas da monitorização externa, mas também da participação ativa dos beneficiários na construção das soluções. Devereux e Sabates-Wheeler (2004) defendem que programas sociais eficazes devem envolver comunidades locais e criar mecanismos de avaliação participativa, a fim de garantir que as políticas implementadas vão de encontro às necessidades reais das populações.

Outro dado muito importante, apesar de o gestor não ter explicado as razões, é que, a não inclusão de todas as famílias elegíveis demonstra uma grande lacuna e reforça a necessidade de maior eficiência na gestão do programa. No que se refere à sustentabilidade, a proposta do gestor em direccionar as TSM apenas para grupos mais vulneráveis, como idosos e doentes crónicos, enquanto os jovens seriam prioritariamente inseridos na IP, levanta um debate sobre a melhor forma de garantir um impacto mais duradouro do programa. Esta estratégia proposta pelo gestor poderia contribuir para uma maior autonomia financeira das famílias ao longo do tempo, promovendo uma transição gradual para a autossuficiência produtiva. No entanto, Sabates-Wheeler e Devereux (2008) alertam que restringir o acesso às TSM pode ser arriscado, pois muitos jovens em situação de vulnerabilidade podem não ter condições imediatas de ingressar na Inclusão Produtiva sem um período de transição e apoio estruturado. Assim, a exclusão de jovens das transferências monetárias pode gerar um efeito contrário ao esperado, aumentando o seu grau de vulnerabilidade social.

De modo geral, embora o Programa seja uma iniciativa promissora no combate à pobreza, o seu impacto direto sobre a agricultura familiar no Município da Humpata, à

³⁴ Ver tabela número 16 sobre a sustentabilidade e continuidade do Programa.

luz das constatações derivadas da pesquisa ainda é limitado. As TSM têm de facto representado um alívio momentâneo para os beneficiários, mas infelizmente não garantem uma transformação socioeconómica capaz de garantir sustentabilidade a nível da produção agrícola local.

Conclusão

O presente trabalho aborda o impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar, no município da Humpata, concebido e implementado no âmbito do cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentáveis número 1. Ora, olhando para o objetivo geral da pesquisa, o estudo revelou que Angola, juntamente com os seus parceiros internacionais, tem feito esforços significativos na redução da pobreza, especialmente através do Programa Kwenda. Embora existam desafios persistentes e limitações evidentes, a implementação do Programa tem proporcionado um suporte essencial para as comunidades vulneráveis.

No que diz respeito ao impacto do Programa na prática da agricultura familiar no Município da Humpata, com base na discussão dos resultados obtidos e nos aspetos abordados na discussão, concluímos que o Programa possui potencial para fortalecer as capacidades produtivas dos agricultores familiares do Município. No entanto, os diversos desafios têm contribuído de forma pouco favorável para o seu fortalecimento e afirmação como uma via para de redução da pobreza na Humpata. Com efeito, quando implementadas de forma eficaz, as iniciativas de proteção social podem contribuir significativamente para a redução da pobreza, oferecendo um caminho viável para o desenvolvimento sustentável.

O Programa, como parte das estratégias para a redução da pobreza em Angola, apresenta avanços significativos, mas também desafios que limitam a sua eficácia. Fruto das abordagens dos beneficiários, que realçam que se debatem com diversas dificuldades, verifica-se que a irregularidade nos pagamentos, a insuficiência do valor recebido e a falta de meios diversos de produção (sementes, fertilizantes, charruas, sistemas de irrigação e acesso a mercados) têm contribuído negativamente para o sucesso efetivo do Programa. A demora no pagamento dos subsídios, o baixo valor dos

subsídios e a falta de meios diversos para a produção agrícola, não permitem qualquer poupança por parte dos beneficiários. Só essa permitiria um planejamento financeiro e logístico eficiente e permitiria alguma capacidade de os beneficiários investirem na agricultura familiar.

Por outro lado, além dos desafios administrativos, as alterações climáticas também representam um grande obstáculo para os objetivos do Programa. A seca e a escassez de água na Humpata dificultam a produção agrícola, tornando o apoio do Kwenda ainda mais essencial. Contudo, sem o fortalecimento das infraestruturas de irrigação e fornecimento de insumos agrícolas, o impacto continuará a apresentar-se como limitado.

O Kwenda é potencialmente um catalisador para o desenvolvimento agrícola local e, dispusesse de muito mais recursos e providenciasse serviços que até agora não providenciou, teria a capacidade de transformar pequenos agricultores em produtores mais eficientes e sustentáveis. Para isso, tudo indica que a Inclusão Produtiva devia ser lançada de forma paralela às Transferências Sociais Monetárias, a fim de criar uma base mais sólida para os agricultores que carecem, em grande medida, de diversos meios para a produção, desde aspetos ligados à formação e capacitação aos ligados às limitações materiais. O impacto dos programas de proteção social sobre a agricultura familiar depende da existência de infraestruturas adequadas, acesso aos mercados e assistência técnica, pelo que a ausência destes fatores limita a capacidade dos programas de transformarem estruturalmente as condições de vida dos beneficiários.

A ausência de um plano de formação dos beneficiários voltado para a produção agrícola coloca uma marcha lenta no alcance dos objetivos do Programa, colocando-os cada vez mais distante de práticas sustentáveis. Neste sentido, é importante destacar que a literatura especializada entende que os agricultores familiares que seguem objetivos sustentáveis buscam melhorar o uso dos fatores de produção e praticar uma agricultura mais eficiente. Além disso, ao promoverem o saber local e integrarem os conhecimentos científicos com as tradições locais, criam novas práticas, posicionando-se como inovadores (Maciel et al., 2023). Ao romperem com os padrões impostos pela

modernização agrícola, eles podem tornar-se agentes de mudanças, introduzindo novas práticas e processos que trazem expectativas de melhorias (Maciel et al., 2023).

A pesquisa permitiu verificar que dever-se-ia criar melhores condições de trabalho para os ADECOS por serem um elemento fundamental na vida e estabilidade do Programa, visto que ainda se debatem com dificuldades enormes em termos de transporte para aceder às diversas zonas do Município. A mesma dificuldade é transversal à falta de infraestruturas de comunicação. Apesar do impacto negativo que a falta de infraestruturas de comunicação representa, ela é de natureza conjuntural, não deixa de ser uma limitação, mas é uma responsabilidade não atribuída ao Kwenda.

A disponibilização de meios de transporte para apoiar os ADECOS garantiria um diálogo mais presente e ativo entre estes e os beneficiários, permitindo que os beneficiários fossem submetidos a uma pressão positiva, o que poderia resultar no planeamento e uso adequados dos recursos recebidos, pois a falta de orientação faz com que algumas famílias gastem os recursos recebidos de forma pouco estratégica, à luz dos objetivos do Programa.

Tendo em conta diversos desafios, que vão desde a insuficiência dos subsídios no contexto da realidade socioeconómica do país, as constantes demoras no recebimento de tais subsídios, que impossibilitam uma gestão melhor organizada, a falta de meios para a produção agrícola, a precariedade das infraestruturas rodoviárias, a falta de formação voltada para a produção agrícola (para os beneficiários), a falta de meios de escoamento de produtos e as dificuldades vivenciadas diariamente pelos ADECOS que prestam apoio ao Programa. Contudo, é claro que o Programa Kwenda é economicamente relevante para as famílias beneficiárias, pois a sua continuidade apresenta-se como vital para estas famílias, sendo provável que para a maioria dos beneficiários o Programa é a única fonte de rendimento. Neste sentido, e, de encontro ao objetivo principal da pesquisa, o impacto do Programa sobre a prática da agricultura familiar no Município da Humpata é positivo, porém não significativo ao ponto de garantir uma agricultura familiar sustentável e capaz de retirar as famílias beneficiárias da condição de vulnerabilidade social.

Uma gestão responsável permitiria que os recursos fossem utilizados de forma a garantir a continuidade das atividades agrícolas e o aumento da produção.

A investigação sugere que a eficácia do Programa poderá ser ampliada caso os beneficiários se envolvam ativamente na gestão dos recursos recebidos e participem em iniciativas orientadas para a sustentabilidade das suas atividades agrícolas e socioeconómicas. Este envolvimento poderá contribuir para uma utilização mais responsável e produtiva dos apoios, promovendo resultados mais duradouros e sustentáveis.

Referências Bibliográficas

Afrobarometer (2024, 14 de outubro). Quase metade dos angolanos viveu uma situação de pobreza extrema no ano passado; a maioria relata uma deterioração das condições económicas. Comunicado de imprensa. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/articles/quase-metade-dos-angolanos-viveu-uma-situacao-de-pobreza-extrema-no-ano-passado-a-maioria-relata-uma-deterioracao-das-condicoes-economicas/>.

Allen, C., Metternicht, G., & Wiedmann, T. (2018). Initial progress in implementing the sustainable development goals (SDGs): A review of evidence from countries. *Sustainability Science*, 13(5), 1453– 1467. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0572-3>

Amaro, R. R. (2016). A sustentabilidade das 12 organizações de economia solidária: Proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de Economia Solidária*, 10, 98-123. Retirado de: <https://www.academia.edu>.

Araújo, I. L. P. (2021). O impacto do programa KWENDA na segurança alimentar dos beneficiários da Cacula (Angola): Uma contribuição (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Retirado de: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/23661>.

Assembleia Nacional (2011). Lei nº. 1/11, de 14 de janeiro. Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento. *Diário da República – I Série*, nº. 9. Retirado de: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang170663.pdf>.

Banco Mundial (2017). The potential of the blue economy: Increasing long-term benefits of the sustainable use of marine resources for small island developing states and coastal least developed countries. World Bank Group. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26843>.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4.ª ed.). Coimbra. Edições 70. Edição original 1987.

Barrientos, A. (2012). Social protection and poverty. *International Journal of Social Welfare*, 21, 53-70.

- Bernardi Zorzo, F., Lazzari, F., Severo, E. A., & Guimarães, J. C. F. (2022). Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030: Uma análise dos indicadores brasileiros. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 19 (1), 25–46. <https://doi.org/10.25112/rgd.v19i1.3114>.
- Birchall, J. (2004). Corporate and millennium development goals. Corporate Branch & Policy Integration. Department International Labour Office Geneva.
- Bovens, M. (2010). Evolution of public policies. Oxford University Press.
- Brasil Escola (2023). Depressão Económica. Retirado de: <https://brasilecola.uol.com.br/economia/depressao-economica.htm>.
- Brito, A. R.; Zamberlan, C. O. Capital social e desenvolvimento endógeno no assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, p. 63-88, set./dez. 2020.
- Carant, J. B. (2017). Vozes não ouvidas: Uma análise do discurso do milénio: Evolução dos objetivos de desenvolvimento para objetivos de desenvolvimento sustentável. *Terceiro Mundo Trimestralmente*, 38(1), 16-41. <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1166944>.
- Chambers, R. (1997). Whose reality counts? Putting the first last. Intermediate Technology Publications. London.
- Crespo, A. P. A., & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenómeno multidimensional. *ERA-Eletrónica*, 1(1), jul-dez. Retirado de: www.rae.com.br/eletronica.
- Cunha, W. A. D., Freitas, A. F. D., & Salgado, R. J. D. S. F. (2017). Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(3), 427-444.
- Delgado, L. A. N. (2006). História oral: Memória, tempo e identidades. Belo Horizonte: Autêntica.
- Devereux, S., & Sabates-Wheeler, R. (2004). Transformative social protection. IDS Working Paper, Brighton: Institute of Development Studies.

Doretto, M., & Michellon, E. (2007). Avaliação dos impactos económicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 1(1), 107-138.

Dye, T. R. (2002). *Understanding public policy* (10.^a ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

FAO, & IFAD. (2019). *United Nations Decade of Family Farming 2019-2028: Global action plan*.

FAO (2006). *World reference base for soil resources 2006: A framework for international classification, correlation and communication*. FAO.

FAS (Instituto de Desenvolvimento Local) (2021). *Manual de Formação para ADECOS no âmbito do Programa de Fortalecimento da Proteção Social – KWENDA*. Luanda: FAS/MINFIN.

FAS (Instituto de Desenvolvimento Local) (2022). *Programa de Fortalecimento da Proteção Social- KWENDA, P169779: Procedimentos de Gestão da Mão de Obra (PGMO)*. Luanda.

FAS (Instituto de Desenvolvimento Local) (2023). *Relatório Anual do Projeto KWENDA*. Luanda.

Feliciano, F. C. (2015). *Políticas públicas de combate à pobreza em Angola: Análise do Programa Municipal Integrado e Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP)* (Dissertação de mestrado). Retirado de: <http://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16831/1/>.

Filho, I. B. (2022). O que são ODS da ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030? Valor Económico. Retirado de: <https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia>.

Fukuda-Parr, S. (2016). Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Mudanças no propósito, conceito e política da definição de objetivos globais para desenvolvimento. *Género e Desenvolvimento*, 24(1), 43-52. <https://doi.org/10.1080/13552074.2016.1145895>.

Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas. (2019). Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em Angola 2020–2022 (UNSDCF). Luanda.

Gil, A. C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social (3ª ed.). São Paulo. Atlas Editora.

Giddens, A. (2009). Sociologia (9ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Ginga, D. F. C. (2022). A Agenda 2030 e a economia azul enquanto vetor para o desenvolvimento sustentável e diversificação económica em Angola. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 38, 55-67.

Godoi, C. K., Mello, R., & Silva, A. B. (2006). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva.

Greig, A., e Turner, M. (2024). Policy and hope: The millennium development goals. *Global Policy*, 15(1), 66-77.

Hanlon, J., Barrientos, A., & Hulme, D. (2010). Just give money to the poor: The development revolution from the global south. West Hartford, CT. Kumarian Press.

Hitchcock, D., & McClure, J. (2021). The Routledge history of poverty, c.1450-1800. Routledge.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (2018). Inquérito de Despesas e Receitas IDR 2018-2019. Luanda. Retirado de: <https://www.ine.gov.ao>.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (2020). Pobreza Multidimensional em Angola. Luanda. Retirado de: <https://www.ine.gov.ao>.

Jornal Expansão (2025, 7 de fevereiro). Subsídios aos combustíveis custaram o triplo do que o Estado gastou em Saúde ou Educação. Disponível em: <https://www.expansao.co.ao/angola/detalhe/subsidios-aos-combustiveis-custaram-o-triplo-do-que-o-estado-gastou-em-saude-ou-educacao-64000.html>.

Klein, V. A. (2023). Desenvolvimento sustentável e desigualdade: O caso do Objetivo 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) na sua aplicação multiescalar (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Kossengue, Henrique Jay (2018). A crise económica angolana e o seu impacto nos contratos privados à luz do artigo 437.º do código civil (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Lamarche, H. Introdução geral. In: Lamarche, Hughes (Coord.). A agricultura familiar. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

Laswell, H. (1958). Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland. Meridian Books.

Lowi, T. J. (1972). Four systems of policy, politics, and choice. *Public Administration Review*, 32(4), 298–310. <https://doi.org/10.2307/974990>.

Maciel, M. D. A., Troian, A., & Viana, J. G. A. (2023). As práticas inovadoras da agricultura familiar agroecológica: O contramovimento em Santana do Livramento, RS. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 25(2). <https://doi.org/10.20435/inter.v25i2.4015>.

Mattei, L. (2007). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (45.º Congresso), Fortaleza, Ceará. Anais... Fortaleza: Sober.

Mensah, J. (2019). Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1). <https://doi.org/10.1080/23311886.2019.1653531>.

Menezes, C., Borges, G., & Costa, K. (2019). Sustentabilidade: ODS 1 - Erradicação da Pobreza (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Meny, I., & Thoening, J. C. (1992). Las Políticas Públicas. Barcelona: Ariel.

Ministério do Planeamento (2020). Estratégia de Combate à Pobreza do Governo de Angola (ECP). Luanda, Angola.

Mishra, M., Desul, S., Santos, C. A. G., Mishra, S. K., Kamal, A. H. M., Goswami, S., Kalumba, A. M., Biswal, R., Silva, R. M., Santos, C. A. C., & Baral, K. (2024). A bibliometric analysis of sustainable development goals (SDGs): A review of progress, challenges, and

opportunities. *Environment, Development and Sustainability*, 26 (5), 11101–11143.
<https://doi.org/10.1007/s10668-023-03225-w>

Moreira, H., & Calefe, L. G. (2008). *Metodologia da pesquisa para professores pesquisadores* (2ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

Mosaiko - Instituto para a Cidadania. (2018). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Damer Gráficas.

Moshood, S. (2024). Bridging the divide: Addressing socio-economic inequality in post apartheid South Africa within the framework of millennium development goals (2000-2015). *Journal of International Studies*, 20 (1), 201-231.
<https://doi.org/10.32890/jis2024.20.1.8>

Narayan, D. (2000). *Voices of the Poor - Can Anyone Hear Us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press.

Nixon, R. (2013). *Slow Violence and Environmentalism of the Poor*. Cambridge, Massachusetts e Londres: Harvard University Press.

Oliveira, Mauro César Cardoso (2023). *A pobreza e a igualdade – Contributos das perspetivas libertarista e comunitarista* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Oliveira, S. (2012) Olhar a pobreza em Angola: Causa, consequências e estratégias para a sua erradicação. *Revistas Científicas da América latina, el Caribe, Espanã y Portugal*, ISSN 1519-7050, vol. 48, n.º 1, (pp. 29-40).

Peters, B. G. (1998). *Models of Governance*. Maryland: Johns Hopkins.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2ª ed.). Rio Grande do Sul - Brasil: Editora Feevale.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), & Banco Mundial. (2020). *Diagnóstico de políticas públicas face à COVID-19 – Angola*. Retirado de: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/UNDP_AO_WB-Angola_COVID-19_policy-document_Dec.-1.-2020_PT.pdf.

Programa de Fortalecimento da Proteção Social (PFPS). (2021). Estado de Implementação do Programa KWENDA. Luanda: Fundo de Ação Social.

Rabelo, L. S. (2008). Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Prodema, UFC.

República de Angola. (2004). Estratégia de combate à pobreza: Reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica. Ministério do Planeamento, Direção de Estudos e Planeamento. Luanda, Angola.

República de Angola (2019). Decreto Presidencial n.º 136/19, de 10 de maio. Cria o Cadastro Social Único. Diário da República, I Série, N.º 62.

República de Angola (2020). Decreto Presidencial n.º 125/20, de 4 de maio. Aprova o Programa de Fortalecimento da Proteção Social – denominado «KWENDA». Diário da República, I Série, N.º 60.

República de Angola (2017). Decreto Presidencial n.º 208/17, de 22 de setembro. Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Local do Estado. Diário da República, I Série, N.º 166.

República de Angola (2018). Decreto Presidencial n.º 140/18, de 6 de julho. Plano Integrado de Desenvolvimento Local e de Combate à Pobreza. Diário da República, I Série, N.º 82.

República de Angola. (2017). Lei n.º 15/17, de 31 de julho. Lei da Divisão Político-Administrativa. Diário da República – I Série, n.º 126. Retirado de: <https://www.governo.gov.ao/>.

República de Angola (2026). Lei n.º 15/16, de 12 de setembro. Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado. Diário da República – I Série, n.º 143. Retirado de: <https://www.governo.gov.ao/>.

Resende, M., Curi, N., Rezende, S. B., & Corrêa, M. M. (2014). Pedologia: base para distinção de ambientes (6ª ed.). UFLA.

Rocha, S. (2006). Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV.

- Sabates-Wheeler, R., & Devereux, S. (2008). Transformative social protection: The currency of social justice. In A. Barrientos & D. Hulme (Eds.), *Social protection for the poor and poorest: Concepts, policies and politics* (pp. 64–84). Palgrave Macmillan.
- Sambuichi, R. H. R., et al. (2019). Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: Ipea, (Texto para Discussão, n. 2482).
- Santana, H. (2020). Políticas públicas e desenvolvimento local em Angola, sua influência na vida do cidadão. *Revista Internacional de Ciências Tecnologia e Sociedade*, 49-63.
- Santos, C. M. L. (2018). *Estatística Descritiva: Manual de Autoaprendizagem* (3ª ed. revista e aumentada). Lisboa: Edições Sílabo.
- Scheuer, Júnior M., Neves, S. M. A. da S., & Mendes, M. F. (2024). Desenvolvimento da agricultura familiar desde o pentágono de capitais: estudo de caso dos assentamentos Bom Jardim e Facão de Cáceres, Mato Grosso. *Revista NERA, Presidente Prudente, SP*, 27(2), e9994. Retirado de: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.9994>.
- Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva M. S. (2020). ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Redes para o Desenvolvimento. Retirado de: [http://abc-ods\[1\].pdf](http://abc-ods[1].pdf).
- Stone, D. (2018). *Policy paradox: The Art of Political Decision Making*. Nova York: W.W. Norton & Company.
- Schneider, S. (2006). A pluriatividade e as novas ruralidades: concepções teóricas. In C. Grisa & S. Schneider (Orgs.), *Pluriatividade na agricultura familiar* (pp. 15–36). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Sousa, F. (2005). *Dicionário das Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Thiollent, M. (2009). *Metodologia de pesquisa* (17ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.

Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: A Survey of Household Resources and Standards of Living*. London: Penguin.

Vandeskog, H. O., Heggen, K. M., & Engebretsen, E. (2022). Gendered vulnerabilities and the blind spots of the 2030 Agenda's 'leave no one behind' pledge. *Critical Policy Studies*, 16(4), 424–440. <https://doi.org/10.1080/19460171.2021.2014342>.

Vernon J. (2007). *Hunger: A Modern History*. Belknap Press of Harvard Univ. Press.

Vieira, M., & Ferreira, J. S. (5-6 de 2008). Investigação Histórica: um instrumento para o desenvolvimento profissional. *Servir*, 56, pp. 167 – 172.

Wanderley, M. N. B. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In J. C. Tedesco (Org.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas* (pp. 23–56). Passo Fundo: Ediupf.

Wanderley, M. N. B. (2014). Gênese da abordagem territorial no Brasil. In J. S. B. Cavalcanti, M. N. B. Wanderley & P. A. Niederle (Orgs.), *Participação, território e cidadania: Um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil* (pp. 79–102). Editora UFPE. Recife.

Wang, Yuhui (2022). *O Combate à Pobreza Extrema na China Após a Reforma e Abertura: 1978-2020* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Zeca, E. J. (2013). *Relações Internacionais: natureza, paradigmas e assuntos transversais*. Porto. Porto Editora.

Anexos

Anexo 1 – Decreto Presidencial n.º 125/20, de 4 de Maio

2866

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 125/20 de 4 de Maio

Considerando a necessidade de o Estado promover a criação de mecanismos que permitam a protecção social dos cidadãos que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade, face às reformas económicas em curso no País;

Considerando que as metas do Plano de Desenvolvimento Nacional enfatizaram a necessidade de se elevar o padrão de vida dos cidadãos em situação de pobreza e vulnerabilidade, dentre outros, através de transferências sociais monetárias, bem como implementar medidas de inclusão produtiva e geração de renda;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Programa de Fortalecimento da Protecção Social – Transferências Sociais Monetárias, denominado «KWENDA».

ARTIGO 2.º (Objecto)

1. O Programa de Fortalecimento da Protecção Social tem por objecto a implementação de um sistema de protecção social temporário, amplo, mediante a atribuição de uma renda às famílias em situação de vulnerabilidade e a sua inclusão em actividades geradoras de rendimento, bem como o fortalecimento dos mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Protecção Social, por via do apoio institucional, metodológico e financeiro.

2. O apoio financeiro objecto da componente de Transferências Sociais Monetárias consiste na atribuição de uma renda mensal fixa no valor de Kz: 8.500,00 (oito mil e quinhentos kwanzas) às famílias em situação de vulnerabilidade.

3. A componente de inclusão produtiva consiste na identificação de actividades geradoras de rendimento, seleccionadas de acordo com as especificidades dos grupos-alvo do Programa, no sentido de potenciar a capacidade produtiva, financeira e o poder de compra das famílias, de forma sustentável.

ARTIGO 3.º (Beneficiários)

1. São beneficiários do Programa as famílias em situação de pobreza e de vulnerabilidade.

2. Consideram-se famílias em situação de vulnerabilidade aquelas que vivem nos municípios com o maior número de pobres urbanos e rurais que se fixam nos dois últimos quintis do mapa de pobreza.

3. A selecção das famílias abrangidas pelo Programa deve ter em conta a focalização geográfica nos bairros mais pobres dos municípios e a renda da família, tendo em conta a linha de pobreza considerada no mapa de pobreza do IDR 2018-2019.

4. As famílias seleccionadas nos termos dos números anteriores são registadas e inscritas no Programa, em 4 fases diferentes, até se atingir o número total de 1 608 000 (um milhão e seiscentas e oito mil) famílias.

ARTIGO 4.º (Coordenação Executiva)

1. O Programa de Fortalecimento da Protecção Social é coordenado pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

2. O Fundo de Apoio Social (FAS) é o serviço responsável pela execução operacional do Programa.

3. Para efeitos dos números anteriores, aos Ministros da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração do Território são delegadas competências para praticar todos os actos necessários à implementação do Programa, incluindo autorizar despesas e aprovar, nos termos da lei, a realização dos procedimentos de contratação pública.

ARTIGO 5.º (Coordenação e supervisão institucional)

1. A coordenação e supervisão institucional do Programa de Fortalecimento da Protecção Social é realizada pelo Grupo Técnico de Acompanhamento ao Programa de Transferências Sociais Monetárias e Fortalecimento da Protecção Social, que reporta ao Ministro de Estado para Coordenação Económica.

2. O Grupo Técnico de Acompanhamento ao Programa de Transferências Sociais Monetárias e Fortalecimento da Protecção Social tem a seguinte composição:

- a) Secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República (Coordenador);
- b) Secretário de Estado das Finanças e Tesouro (Coordenador-Adjunto);
- c) Secretário de Estado da Acção Social;
- d) Secretário de Estado da Administração do Território;
- e) Secretário de Estado da Comunicação Social;
- f) Director do Instituto Nacional de Estatística;
- g) Director do Fundo de Apoio Social (FAS).

3. O Grupo Técnico de Acompanhamento ao Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social – Transferências Sociais Monetárias é apoiado por técnicos das respectivas instituições e por um secretariado permanente.

4. As regras de funcionamento do Grupo Técnico são estabelecidas por diploma próprio.

ARTIGO 6.º (Custo e abrangência do Programa)

1. O Programa de Fortalecimento da Protecção Social tem um custo total estimado em USD 420 000 000,00 (quatrocentos e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos de América), integralmente suportados pelo Estado Angolano,

dos quais USD 320 000 000,00 (trezentos e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos de América) correspondem ao financiamento reembolsável do Banco Mundial e a diferença suportada pelo Tesouro Nacional.

2. O Programa é implementado nas dezoito Províncias do País, nas áreas rurais e urbanas, durante um período de três anos, em quatro fases distintas, sendo a primeira (piloto) com efectivação no mês de Maio do ano 2020 e as restantes fases de expansão nos períodos de Junho à Dezembro de 2020, em 2021 e em 2022.

3. O Ministério das Finanças deve assegurar a sustentabilidade financeira do Programa, garantindo os recursos financeiros necessários à sua execução.

ARTIGO 7.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 8.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Março de 2020.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 65/20
de 4 de Maio

Considerando que a situação de emergência mundial causada pela propagação da pandemia da COVID-19 e a urgência de efectivação de medidas tendentes ao seu controlo permitiu constatar a insuficiência de infra-estruturas adequadas, a nível nacional, para dar resposta a graves calamidades de saúde pública e pandemias, de ocorrência imprevisível;

Havendo imperiosa necessidade de criação, a nível do Sistema Nacional de Saúde, de condições para o tratamento especializado e adequado de epidemias e pandemias, aumentar a capacidade de diagnóstico e de tratamento específico, isolamento temporário, bem como para o acompanhamento e tratamento de doentes;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 3 do artigo 24.º, alínea a) do artigo 27.º, artigos 31.º, 33.º, 37.º, 143.º, todos da Lei n.º 9/16, de 16 de Junho, alínea a) do n.º 2 do Anexo IV do Decreto Presidencial n.º 282/18, de 28 de Novembro, bem como a alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 197/16, de 23 de Setembro, o seguinte:

1. É autorizada a despesa e formalizada a abertura de procedimento de contratação simplificada para a aquisição do imóvel infra-estruturado com 200 residências, sito na Comuna do Calumbo, Município de Viana, conforme título de concessão sob Processo n.º 874-LA/15, no valor equivalente em Kwanzas a USD 24 976 189,49 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e nove dólares e quarenta e nove cêntimos).

2. A Ministra das Finanças é autorizada, com a faculdade de subdelegar, a praticar, em representação do Estado Angolano, todos os actos necessários à verificação da legalidade e validade, no âmbito do procedimento, até à celebração do Contrato.

3. A Ministra das Finanças deve promover os procedimentos necessários para o registo do imóvel a favor do Estado Angolano.

4. As dúvidas e omissões suscitadas resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5. O presente Despacho Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Abril de 2020.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Anexo 2 – Guião das entrevistas dos ADECOS

Tema de Investigação: O alcance do ODS 1 em Angola: uma avaliação do impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no município da Humpata.

Objetivo da Entrevista: compreender a perceção dos ADECOS sobre o impacto do Programa Kwenda na redução da pobreza e no fortalecimento da agricultura familiar no Município da Humpata.

Destinatário: a presente entrevista destina-se aos ADECOS (Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário) do Programa Kwenda.

1. Introdução

- Apresentação do entrevistador e do objetivo da pesquisa;
- Objetivo da entrevista;
- Garantia de confidencialidade e voluntariedade;
- Garantia de que a informação do entrevistado será usada apenas para fins académicos.
- Confirmar o consentimento para a realização da entrevista.

2. Informações gerais do entrevistado

- Nome do entrevistado (opcional):
- Idade:
- Sexo:
- Tempo de atuação como ADECOS:
- Formação recebida para exercer a função:
- Formação académica:

3. Papel e experiência no Programa KWENDA

- Qual é a função principal como ADECOS no Programa Kwenda?
- Quais são as atividades que realiza diretamente com as famílias beneficiárias?
- Como é feita a seleção das famílias para participar do programa?
- Recebe apoio ou formação contínua para realizar as suas atividades?

4. Perceção sobre o impacto na agricultura familiar

- Qual é a sua avaliação sobre o impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no Município?
- As famílias têm conseguido melhorar a produção agrícola com o apoio recebido?
- Existem mudanças visíveis na forma como as famílias gerem suas atividades agrícolas após o início do Programa?
- Na sua visão, o Programa tem contribuído para a redução da pobreza na Humpata?

5. Desafios e dificuldades

- Quais são os maiores desafios que enfrenta ao trabalhar com as comunidades como ADECOS?
- As famílias enfrentam alguma dificuldade para aceder os recursos ou apoios do programa?
- Existem barreiras culturais, logísticas ou financeiras que dificultam a fluidez do Programa?

6. Sustentabilidade e recomendações

- Na sua opinião, o apoio fornecido pelo Programa Kwenda é suficiente para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar a longo prazo?
- O que poderia ser feito para melhorar a atuação do Programa junto às famílias?
- Como o trabalho dos ADECOS pode ser fortalecido para maximizar os resultados do Programa?

7. Encerramento

- Agradecimento pela participação.
- Reiterar a importância da contribuição do entrevistado para a pesquisa.
- Explicação sobre os próximos passos da pesquisa.
- Reiterar os agradecimentos pela participação.

Anexo 3 – Guião das entrevistas dos beneficiários

Tema de Investigação: O alcance do ODS 1 em Angola: uma avaliação do impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no município da Humpata.

Objetivo da Entrevista: compreender como o Programa Kwenda impacta na prática da agricultura familiar e contribui para a redução da pobreza no Município da Humpata.

Destinatário: a presente entrevista destina-se aos beneficiários do Programa Kwenda.

1. Introdução

- Apresentação do entrevistador e do objetivo da pesquisa;
- Objetivo da entrevista;
- Garantia de confidencialidade e voluntariedade;
- Garantia de que a informação do entrevistado será usada apenas para fins académicos.
- Confirmar o consentimento para a realização da entrevista.

2. Informações gerais do entrevistado

- Nome do entrevistado (opcional):
- Idade:
- Sexo:
- Estado civil:
- Número de pessoas no agregado familiar:
- Há quanto tempo reside no Município da Humpata?

3. Experiências com o Programa

- Como ficou a saber do Programa Kwenda?
- Há quanto tempo é beneficiário(a) do Programa?
- Que tipo de apoio recebeu através do Programa? (Por exemplo: subsídio financeiro, formação, materiais agrícolas, etc.)
- Como é feito o pagamento?
- Quanto tem recebido?
- O apoio tem sido suficiente para suprir as suas necessidades básicas?
- Como tem utilizado os recursos ou apoios recebidos?
- É praticante da agricultura familiar?

4. Impacto na agricultura familiar

- Antes de receber apoio do Programa Kwenda, quais eram as maiores dificuldades na sua atividade agrícola?

- Após o apoio do programa, notou alguma melhoria na produção agrícola? Se sim, quais?
- Recebeu algum tipo de formação ou orientação relacionada à agricultura através do programa?
- Conseguiu introduzir novos produtos na sua escala de produção?
- Foi possível aumentar o nível de produção com a ajuda do Programa?

5. Sustentabilidade e mudanças na vida familiar

- O Programa Kwenda contribuiu para melhorar o rendimento da sua família?
- Percebeu alguma mudança na sua qualidade de vida ou na sua comunidade desde que começou a receber o apoio?
- O apoio do programa ajudou a reduzir a sua dependência de outros meios de sustento?

6. Desafios e sugestões

- Quais são as principais dificuldades que tem enfrentado ao longo do Programa?
- O que poderia ser melhorado no Programa para que ele ajudasse ainda mais famílias como a sua?
- Até que ponto os desafios das alterações climáticas (escassez de água) afetam o andamento do Programa?
- Existe algum tipo de apoio adicional que gostaria de receber?

7. Encerramento

- Agradecimento pela participação.
- Reiterar a importância da contribuição do entrevistado para a pesquisa.
- Explicação sobre os próximos passos da pesquisa.
- Reiterar os agradecimentos pela participação.

Anexo 4 – Guião da entrevista do gestor

Tema de Investigação: O alcance do ODS 1 em Angola: uma avaliação do impacto do Programa Kwenda na agricultura familiar no município da Humpata.

Objetivo da Entrevista: compreender as estratégias, desafios e perceções dos Gestores do Programa Kwenda sobre o impacto do Programa na redução da pobreza e no fortalecimento da agricultura familiar no Município da Humpata.

Destinatário: a presente entrevista destina-se a classe de Gestores do Programa Kwenda.

1. Introdução

- Apresentação do entrevistador e do objetivo da pesquisa;
- Objetivo da entrevista;
- Garantia de confidencialidade e voluntariedade;
- Garantia de que a informação do entrevistado será usada apenas para fins académicos;
- Confirmar o consentimento para a realização da entrevista.

2. Informações gerais do entrevistado

- Nome do entrevistado (opcional):
- Cargo/Função no Programa Kwenda:
- Tempo de atuação no Programa:
- Principais responsabilidades na gestão do Programa:

3. Planeamento e execução do Programa

- Quais são os principais objetivos do Programa Kwenda no Município da Humpata?
- Como o programa foi adaptado para atender as necessidades específicas da região?
- Quais critérios são utilizados para selecionar as famílias beneficiárias?
- Como o programa integra o fortalecimento da agricultura familiar nas suas estratégias?
- Que parcerias (governamentais, comunitárias ou privadas) são fundamentais para a implementação do programa?
- Por que foi o Município da Humpata selecionado?

4. Perceção sobre o impacto na agricultura familiar

- Na sua opinião, como tem o Programa impactado a agricultura familiar no Município?
- Há evidências de aumento na produtividade agrícola ou melhoria na qualidade de vida das famílias? Se sim, quais?

- Além das transferências monetárias o Programa possui ações específicas voltadas à agricultura familiar? Quais?
- Há dados ou histórias de sucesso que gostava de destacar sobre o Programa?

5. Desafios na implementação do Programa

- Quais são os maiores desafios enfrentados na gestão do Programa?
- Existem limitações financeiras, logísticas ou de recursos humanos que afetam a implementação?
- Como o Programa tem lidado com as barreiras culturais ou regionais específicas da Humpata?
- Até que ponto os desafios das alterações climáticas (escassez de água) afetam o andamento do Programa?
- Há lacunas na assistência aos beneficiários? Como resolvê-las?
- Que melhorias sugere para maximizar o impacto positivo do Programa.

6. Sustentabilidade e continuidade do programa

- Tem sido feito a monitorização do impacto do Programa? De que forma?
- Que estratégias têm sido adotadas para garantir a sustentabilidade dos resultados obtidos?
- Como o programa mede ou avalia o seu impacto, especialmente em relação à agricultura familiar?
- De que forma é que o Programa contribui diretamente para a redução da pobreza no Município da Humpata?

7. Encerramento

- Agradecimento pela participação.
- Reiterar a importância da contribuição do entrevistado para a pesquisa.
- Explicação sobre os próximos passos da pesquisa.
- Reiterar os agradecimentos pela participação.

Anexo 5 – Solicitação de autorização para recolha de dados

**À EXCELENTÍSSIMA SENHORA
ADMINISTRADORA DO MUNICÍPIO DA HUMPATA
HUMPATA**

Att. Dra Rita Soma Miranda

Assunto: Solicitação de autorização para a recolha de dados para fins académicos.

Os Melhores Cumprimentos

Excelência!

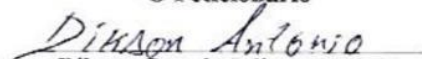
Eu **Dikson Cassela Juliana António**, de nacionalidade angolana, natural da Província da Huila, funcionário da Reitoria da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, estando a frequentar o curso de mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), já em fase de elaboração da dissertação, tendo como tema “o alcance do ODS 1 em Angola: uma investigação do impacto do Programa KWENDA na agricultura familiar no Município da Humpata”.

Venho por intermedio desta solicitar a Vossa Excia Senhora Administradora Municipal da Humpata, que se digne autorizar a interação por meio de entrevistas a serem aplicadas aos beneficiários, aos Adecos e aos gestores do Programa dentro do Município que Vossa Excelência dirige, de formas a extrair os dados necessários para a efetivação do estudo sobre o tema acima referenciado.

Na expectativa de que o pedido merecerá a Vossa atenção, despeço-me reiterando os melhores e respeitosos cumprimentos.

LUBANGO AOS 30 DE JANEIRO DE 2025.

O Peticionário


Dikson Cassela Juliana António